

# 2012

## EM DEBATE

### OPINIÃO PÚBLICA E CONJUNTURA POLÍTICA

Um periódico do grupo de pesquisa Opinião Pública,  
Marketing Político e Comportamento Eleitoral

Ano 4 - N.03  
Junho de 2012  
ISSN: 2176 - 4883



#### DOSSIÊ

#### ELEIÇÕES: COMPORTAMENTO, PARTICIPAÇÃO E VOTO NA AMÉRICA LATINA

Miguel Carreras  
Néstor Castañeda-Angarita  
Manuela de Souza Pereira  
Eugenia Gómez Castañeda  
Luciana Fernandes Veiga  
Yadira Pacheco Avilez

#### Opinião

Vincent Furlan  
Aline Burni

#### Organizadoras:

Sandra Avi dos Santos  
Camila Tribess  
Lorena Granja

#### Resenha

Helga do Nascimento de Almeida  
Mariana Aparecida Dias

Periódico Eletrônico do Grupo de  
Pesquisa "Opinião Pública, Marketing  
Político e comportamento Eleitoral"



Universidade Federal de Minas Gerais

Avenida Presidente Antonio Carlos, 6627  
Campus Pampulha CEP: 31.270-901  
Belo Horizonte - MG - Brasil  
Tel: (31) 3409-3823

# **GRUPO DE PESQUISA OPINIÃO PÚBLICA, MARKETING POLÍTICO E COMPORTAMENTO ELEITORAL**

## **Em Debate**

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política

## **Missão**

Publicar artigos e ensaios que debatam a conjuntura política e temas das áreas de opinião pública, marketing político, comportamento eleitoral e partidos.

## **Coordenação:**

Helcimara de Souza Telles – UFMG

## **Conselho Editorial**

Antônio Lavareda – IPESPE

Aquilles Magide – UFPE

Bruno Dallari – UFPR

Cloves Luiz Pereira Oliveira – UFBA

Dalmir Francisco – UFMG

Denise Paiva Ferreira – UFG

Gustavo Venturi Júnior – USP

Helcimara de Souza Telles – UFMG

Heloisa Dias Bezerra – UFG

Julian Borba - UFSC

Luciana Fernandes Veiga – UFPR

Luiz Ademir de Oliveira – UFSJ

Luiz Cláudio Lourenço – UFBA

Malco Braga Camargos – PUC-MINAS

Marcus Figueiredo – IESP/UERJ

Mathieu Turgeon – UnB

Rubens de Toledo Júnior – UFBA

Pedro Santos Mundim – UFG

Silvana Krause – UFRGS

Yan de Souza Carreirão – UFPR

## **Jornalista Responsável**

Érica Anita Baptista Silva

## **Equipe Técnica:**

Érica Anita Baptista Silva

Johnatan Max Ferreira

Paulo Victor Teixeira Pereira de Melo

## **Endereço**

Universidade Federal de Minas Gerais

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de Ciência Política –

DCP

Av. Antônio Carlos, 6.627 - Belo Horizonte

Minas Gerais – Brasil – CEP: 31.270-901

+ (55) 31 3409 3823

Email: [marketing-politico@uol.com.br](mailto:marketing-politico@uol.com.br)

Twitter: [@OpPublica](https://twitter.com/OpPublica)

## **Parceria**

Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas  
e Econômicas – IPESPE

As opiniões expressas nos artigos são de  
inteira responsabilidade dos autores.

# EM DEBATE

Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política  
Ano IV, Número III, Junho de 2012.

## SUMÁRIO

---

<b>Editorial</b>	<b>5-6</b>
<b>Dossiê:</b> “Eleições: Comportamento, Participação e Voto na América Latina”	
<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Eleições: Comportamento, Participação e Voto na América Latina</b></li></ul>	<b>7-10</b>
Sandra Avi dos Santos Camila Tribess Lorena Granja	
<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Voters’ Resources and Electoral Participation in Latin America</b></li></ul>	<b>11-24</b>
Miguel Carreras Néstor Castañeda-Angarita	
<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Recursos dos eleitores e participação eleitoral na América Latina</b></li></ul>	<b>25-40</b>
Miguel Carreras Néstor Castañeda-Angarita	
<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Governança eleitoral na América Latina: dispositivos constitucionais comparados</b></li></ul>	<b>41-47</b>
Manuela de Souza Pereira	

- **La construcción de la imagen de Cristina Kirchner y de Dilma Rousseff en las elecciones presidenciales** 48-56  
48-56

Eugenia Cecilia Gómez Castañeda  
Luciana Fernandes Veiga

- **A construção da imagem de Cristina Kirchner e de Dilma Rousseff nas eleições presidenciais** 57-65

Eugenia Cecilia Gómez Castañeda  
Luciana Fernandes Veiga

- **México elecciones 2012: ¿el regreso del PRI?** 66-75

Yadira Raquel Pacheco Avilez

- **México, eleições 2012: a volta do PRI?** 76-85

Yadira Raquel Pacheco Avilez

## Opinião

- **A crise e presidenciais na França: uma sociedade dividida entre o voto de adesão, protesto e rejeição** 86-94

Vincent Furlan  
Aline Burni

## Resenha

- **Fundamentos informacionais do presidencialismo de coalizão** 95-107

Helga do Nascimento de Almeida  
Mariana Aparecida Dias

- **Colaboradores desta edição** 108-109

## EDITORIAL

*Eleições: Comportamento, Participação e Voto na América Latina*

Esta edição especial do Em Debate aborda temas relacionados às eleições e participação eleitoral na América Latina. Organizado pelo grupo “Alacip Jovem” – vinculado à Associação Latino Americana de Ciência Política –, que reúne jovens pesquisadores de Ciência Política de várias instituições de ensino superior da América Latina, o dossiê reúne assuntos que abrangem comportamento eleitoral, construção de imagens de presidenciais e governança eleitoral.

Sandra Avi dos Santos, doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná, Camila Tribess, mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná e Lorena Granja, doutoranda em Ciência Política na Universidade do Estado de Rio de Janeiro, abrem a discussão apresentando o grupo “Alacip Jovem” e ressaltando como temas sobre Eleições, Comportamento, Participação e Voto ainda são um campo muito frutífero no que diz respeito aos países latino americanos.

Na sequência, Miguel Carreras e Néstor Castañeda-Angarita, doutorandos em Ciência Política na Universidade de Pittsburgh nos Estados Unidos, analisam os fatores socioeconômicos que explicam o comportamento eleitoral, avaliando a relevância dos recursos e as características demográficas dos eleitores para determinar alguns dos fortes preditores de participação eleitoral na América Latina.

Manuela de Souza Pereira, graduanda em Ciência Política na Universidade Federal de Pernambuco, analisa os dispositivos constitucionais de alguns países da América Latina, como Brasil, Costa Rica, Uruguai, Paraguai e Argentina, referentes aos seus órgãos eleitorais, à luz do conceito de governança eleitoral.

Eugenia Cecilia Gómez Castañeda, membro-pesquisador do Centro de Estudos Históricos e Interdisciplinares sobre as Mulheres, e Luciana

Fernandes Veiga, professora da Universidade Federal do Paraná, exploram em seu artigo a tendência crescente de representação das mulheres na esfera política, buscando-se uma análise ainda inicial sobre a construção da imagem de duas candidatas à presidência na América Latina – Cristina Kirchner, eleita na Argentina em 2007, e Dilma Rousseff, eleita no Brasil em 2010.

Yadira Raquel Pacheco Avilez, doutoranda em Ciência Política na Universidad Nacional Autónoma de México, analisa a força eleitoral do Partido da Revolução Institucional (PRI) em nível nacional, mais especificamente o lugar que ocupou na Câmara de Deputados e de Senadores nestes últimos doze anos. Logo em seguida, revisa o comportamento eleitoral do PRI em nível estadual e apresenta algumas reflexões sobre o processo democrático no México depois da transição.

Na seção *Opinião*, Vincent Furlan, mestre em Ciência em Negócios Internacionais, Economia e Estratégia pelo Institut d'Économie Scientifique et de Gestion na França, e Aline Burni, graduanda em Ciência Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais e membro do grupo “Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral”, abordam as eleições na França 2012 que resultou na presidência de François Hollande, considerando as fortes turbulências que atingem o país há cinco anos e que radicalizaram as opiniões.

Finalizando a edição, na seção *Resenha*, Helga do Nascimento de Almeida e Mariana Aparecida Dias, mestradas em Ciências Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, analisam o livro “Fundamentos Informativos do Presidencialismo de Coalizão”, escrito pelos pesquisadores Fabiano Santos e Acir de Almeida, que aborda o presidencialismo de coalizão brasileiro de uma forma crítica, tendo como foco principal a discussão da importância de uma análise robusta do Legislativo brasileiro sob a perspectiva informacional.

# ELEIÇÕES: COMPORTAMENTO, PARTICIPAÇÃO E VOTO NA AMÉRICA LATINA

*Elections: Behavior, participation and vote in Latin America*

Sandra Avi dos Santos  
*Universidade Federal do Paraná (UFPR)*  
✉ nasdrinha@gmail.com

Camila Tribess  
*Universidade Federal do Paraná (UFPR)*  
✉ camila.nusp@gmail.com

Lorena Granja  
*Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)*  
✉ lorenagranja@gmail.com

Para o grupo Alacip Jovem, organizar o dossiê “Eleições: Comportamento, Participação e Voto na América Latina” para o periódico **Em Debate** foi uma experiência muito gratificante. O grupo Jovens Pesquisadores de Ciência Política da América Latina, apoiado pela ALACIP, foi idealizado pelo professor Dr. Glaucio Ary Dillon Soares, Secretário Geral da Associação Latino Americana de Ciência Política, que vislumbrou um espaço em que estudantes latinoamericanos de graduação, mestrado e doutorado em Ciência Política pudessem difundir seus trabalhos, reforçar suas redes de cooperação e principalmente estabelecer interlocução com os pesquisadores dos diversos países através de suas pesquisas.

Este primeiro ano foi de trabalho intenso no sentido de estabelecer os alicerces e principiar a consolidação do Grupo Alacip Jovem. Hoje já contamos

com cerca de 116 jovens pesquisadores de diversos países e instituições em nosso grupo de discussão. Divulgamos bimestralmente o boletim da Alacip Jovem que, além de noticiar a agenda nacional e internacional da Ciência Política, também tem o propósito de publicar relatos de pesquisas. Os nossos jovens pesquisadores podem contar também com canais de informação e de relacionamento através do Facebook ([www.facebook.com/AlacipJoven](http://www.facebook.com/AlacipJoven)), Twitter ([twitter.com/alacipjoven](http://twitter.com/alacipjoven)) e do site ([www.alacipjoven.org](http://www.alacipjoven.org)). Nesse período ainda, nossos encontros foram divulgados na programação oficial de eventos importantes, como a ANPOCS de 2011 e o III Seminário Nacional Sociologia & Política – UFPR (momento de fundação oficial do grupo); em ambas as ocasiões participaram pesquisadores de diversas instituições nacionais e latino americanas. O nosso próximo encontro será no mês de junho, durante o 6º Congresso da ALACIP 2012, em Quito – Equador ([www.alacip2012.org](http://www.alacip2012.org)). Sabemos que avançamos muito neste período, mas com a adesão de novos pesquisadores, novas parcerias, novas iniciativas e grande dedicação, esperamos avançar ainda mais no sentido de consolidarmos o Grupo Alacip Jovem como um grupo de referência para jovens investigadores de Ciência Política da América Latina.

O convite feito pela Coordenadora do periódico **Em Debate**, a professora Dra. Helcimara Telles (UFMG) e de toda sua equipe para organizarmos este dossiê, veio recompensar este primeiro ano de trabalho, pois percebemos neste importante espaço a oportunidade de divulgarmos pesquisas dos jovens pesquisadores de Ciência Política que estão em voga na América Latina.

Deste modo salientamos que a consolidação da democracia na maioria dos países da América Latina fez surgir uma série de pesquisas sobre os mais variados temas da Ciência Política, principalmente os relativos aos processos

eleitorais nesta região. Como reflexo do alcance do Grupo Alacip Jovem, este dossiê buscou reunir pesquisadores de diversos países latino americanos que tratassem do tema “Eleições, Comportamento, Participação e Voto na América Latina” buscando, mais especificamente, trabalhos que abordassem o tema comportamento eleitoral, focalizando as condições de construção e funcionamento de regimes democráticos latino americanos, assim como a participação do eleitor e os determinantes do voto.

Ao refletirmos sobre as literaturas e teorias que tratam tanto do comportamento eleitoral quanto da participação do eleitor, notamos que desde a gênese destes estudos, os pesquisadores destas linhas acabaram por estabelecer um conjunto sistematizado de interpretações, teorias, conceitos e revisões críticas, os quais nos possibilita avançarmos, ainda hoje, nas explicações que influenciam a participação e determinam o voto em eleições na América Latina.

Tomando como exemplo apenas o corrente ano, temos para além das eleições municipais no Brasil, as eleições presidenciais na República Dominicana, México e Venezuela. Sendo que as eleições venezuelanas, que ocorrerão em outubro próximo, chamam a atenção por se tratarem da possibilidade de uma terceira reeleição consecutiva do atual presidente Hugo Chavez. Já a eleição presidencial mexicana tem como especificidade a primeira candidata mulher - Josefina Vázquez Mota (Partido da Ação Nacional) - concorrendo para o cargo máximo do executivo nacional daquele país. No dia 20 de maio último, ocorreu a eleição dominicana. Esta não contou com o atual Presidente Leonel Fernández como candidato, pois este preferiu não concorrer à reeleição para apoiar Danilo Medina (Partido da Libertação Dominicana), que foi eleito com apenas 51,40% dos votos, gerando descontentamento por parte dos eleitores e denúncias de fraudes eleitorais. Deste modo, observamos como

o tema “Eleições, Comportamento, Participação e Voto na América Latina” é ainda um campo muito frutífero no que diz respeito aos países latino americanos.

Esperamos que a leitura desse dossiê impulse novas reflexões e incentive – no contexto peculiar e positivo que vivemos na região – novos jovens pesquisadores a se enveredarem pelos temas da política Latino Americana, para que tenhamos cada vez mais autonomia científica e para que nossas diferenças e peculiaridades sejam de fato compreendidas.

# VOTERS' RESOURCES AND ELECTORAL PARTICIPATION IN LATIN AMERICA

Miguel Carreras

*University of Pittsburgh*

✉ carreras\_miguel@hotmail.com

Néstor Castañeda-Angarita

*University of Pittsburgh*

✉ nccastaneda@gmail.com

***Abstract:** Previous studies of electoral participation in Latin America have focused on the political and institutional factors that influence country differences in the aggregate level of turnout. This paper provides a theoretical and empirical examination of the individual-level socio-economic factors that have an impact on citizens' propensity to vote. We assess the relevance of voters' resources to explain electoral participation in Latin America. We demonstrate that the demographic characteristics of voters (age and education) are strong predictors of electoral participation in Latin America. Our analysis reveals that the individual objective characteristics of the voters explain much more than individual subjective motivations and mobilization networks.*

***Key words:** electoral participation; impact; resources; demographic characteristics.*

## Introduction

Who votes in Latin America? After thirty years of uninterrupted democratic rule in most Latin American countries, we still know very little about the factors that affect individuals' propensity to vote. This question has important normative implications for democratic citizenship. Democratic theorists have repeatedly argued that political participation has a positive influence on citizens because it leads to enlightened choices in the political arena and increased civic-mindedness. Politically active persons are likely to be more developed — intellectually, practically, and morally — than passive

persons (PATEMAN, 1976; PITKIN, SHUMER, 1982). Previous studies have demonstrated that a series of institutional and contextual factors have a positive impact on turnout (FORNOS, POWER, GARAND, 2004; PÉREZ-LIÑÁN, 2001). Electoral participation increases when registration procedures are efficient, when voting is compulsory and sanctions for abstaining are enforced, and when legislative and presidential elections are held concurrently. The conventional wisdom holds that socioeconomic factors are not related with turnout in the region (FORNOS *et al.*, 2004). The studies of turnout at the subnational level have found inconsistent evidence for the impact of variables such as literacy, wealth, and population age on electoral participation. These null and inconsistent findings may be related to the ecological problems that result from analyzing aggregate levels of turnout.

In this paper, we re-assess the link between socio-demographic characteristics and turnout at the individual level with recent survey data from 18 Latin American countries.

### **Theory: Resources and Voters' Capacity**

Verba *et al* (1995) argue that voting is a unique form of political engagement that is less demanding in resources than working in campaigns, writing letters to government officials, or donating money to party activities. Although voting requires less time and money than other political activities, citizens still need a minimum of skills and resources to understand what is at stake and to gain interest in the outcome of the election.

The socio-economic status (SES) model of voter turnout has consistently shown that income and education are positively associated with electoral participation at the individual level. Individuals with a higher socioeconomic status are more likely to turn out than poorer and less educated

citizens (LEIGHLEY, NAGLER, 1992; VERBA, NIE, KIM, 1978; WOLFINGER, ROSENSTONE, 1980). These studies suggest that citizens with higher SES tend to have more free time to participate in political activities and are better informed. More educated individuals are also more likely to understand the issues at stake in the elections and to become politically interested (BRADY, VERBA, SCHLOZMAN, 1995). We expect then that the probability of voting increases when the level of education increases.

Controlling for education, the level of income should be less directly related to electoral participation, because voting requires minimal monetary resources. Still, going to the polling station may require that citizens take some form of public transportation. Even these minimal expenses may be prohibitive for the more destitute voters, especially if they are not registered to vote in the place where they live. Hence, we expect a difference in the likelihood of voting between the poorest voters and the rest of the population, but we don't expect a linear relationship between income and turnout.

Another essential individual resource is political experience. Many studies demonstrate that older citizens tend to vote more than their younger counterparts. Previous research has found strong support for this relationship at the individual level both in developed (LEIGHLEY, NAGLER, 1992; WOLFINGER, ROSENSTONE, 1980) and in developing countries (NIEMI, BARKAN, 1987). In fact, political socialization takes time. Young voters may be disoriented by the different electoral options, thereby preferring not to vote. Political experience is acquired over time as citizens face concrete policy issues (e.g. housing, taxation, health, social benefits), discuss about politics in the workplace or in their social networks, and learn about the different programs political parties propose to solve the problems they face. This process can take several years. Hence, we expect that more experienced Latin American voters

(i.e. older citizens) tend to vote more than political neophytes (i.e. younger voters).

### **Data and Estimation**

Our main variable of interest is electoral turnout. We use a dichotomous measure of the respondents who voted in the last presidential elections: 1 = yes, voted; 0 = no, did not vote. This study focuses on reported turnout rather than actual turnout, and privileges reports on past behavior rather than expectations about future voting decisions.

The key independent variables for our study are organized in three groups: capacity, motivation, and networking factors. The first group of variables captures individuals' capacity to vote. As we mentioned in the theory section such capacity is determined by the amount of resources available for potential voters. The key determinants of individual capacity to vote are socioeconomic and demographic attributes. The socioeconomic attributes include income, and education. The demographic attributes include gender and age. As control variables, we also include a series of variables measuring voters' motivations and voters' insertion in mobilization networks (VERBA *et al*, 1995). Motivation variables measure the individuals' interest for political issues, their ability to understand what is at stake in the electoral process, and the degree to which they trust the electoral process and the democratic regime. This set of variables includes questions about satisfaction with democracy, trust in elections, political efficacy, interest in politics, party identification, and political awareness. To control for the effect of insertion in networks of recruitment, we measure respondents' immersion in different mobilizing networks (voluntary associations and clientelistic networks). We also consider the position of the respondent in the labor market (employment status).

We run a logistic regression model to shed light on the effect of voters' sociodemographic characteristics on the decision to vote. The use of a logistic regression is appropriate because our variable of interest – voter turnout – is a dichotomous variable. We rely on data from the Americas Barometer 2010 for 30,075 respondents in 17 Latin American countries.

## **Results**

The findings regarding the effect of resources on individual voting behavior are revealing (see Table 1). More educated individuals are more prone to participate in electoral processes. In fact, the likelihood that individuals will vote in presidential elections significantly increases as they become more educated. Our results also offer convincing evidence in support of the argument that older individuals are more likely to vote than younger individuals. The coefficient for the variable age is positive and statistically significant in all the models presented in Table 1.

Table 1. Determinants of Voter Turnout in Latin America, Logistic Model

	(1) <b>Logistic</b> <i>b/(se)</i>
<b>RESOURCES</b>	
Income	0.007 (0.03)
Education	0.367*** (0.06)
Age	0.665*** (0.06)
Gender	-0.233*** (0.06)
<b>MOTIVATION</b>	
Satisfaction with democracy	0.070 (0.04)
Trust in elections	0.088*** (0.02)
Political efficacy	-0.004 (0.02)
Interest in politics	0.105** (0.04)
Partisanship	0.377*** (0.11)
Political awareness	0.091*** (0.03)
<b>NETWORKS</b>	
Employment status	0.500*** (0.05)
Church attendance	-0.026 (0.03)
Membership index	0.136*** (0.04)
Clientelism	0.062 (0.06)
Urban/Rural	-0.102 (0.11)
Constant	-2.338*** (0.33)
Intercept	
N individuals	22457
N countries	17

\* p<0.01, \*\* p<0.05, \*\*\* p<0.001

Source: Table drawn by the authors

At first glance, all the models in Table 1 suggest that income is not a significant predictor of electoral participation in Latin America. Contrary to the expectations of the SES model of voting behavior, wealthy individuals do not necessarily vote more than poor individuals. However, we tried a different model specification that revealed that the relationship between personal wealth and electoral participation exists but it is not linear. We run the same model presented above, but this time including all the income categories as dummies, excluding the highest and the lowest income categories that served as baseline categories – (see Table 2).<sup>1</sup>

Table 2. Logistic Regressions with Income dummies

Nível de renda	Modelo completo com renda <i>dummies</i> (Base tenth decile)	Modelo completo com renda <i>dummies</i> (Base sem renda)
No Income	-0.463** (0.190)	
1st decile	-0.119 (0.164)	0.344*** (0.126)
2nd decile	-0.003 (0.159)	0.460*** (0.124)
3rd decile	-0.027 (0.157)	0.436*** (0.123)
4th decile	0.053 (0.157)	0.516*** (0.124)
5th decile	-0.044 (0.158)	0.420*** (0.127)
6th decile	-0.114 (0.160)	0.350*** (0.132)
7th decile	0.065 (0.167)	0.528*** (0.141)
8th decile	-0.040 (0.177)	0.423*** (0.153)
9th decile	-0.157 (0.189)	0.307* (0.168)
10th decile		0.463** (0.190)

\* p<0.1, \*\* p<0.05, \*\*\* p<0.001

Source: Table drawn by the authors.

<sup>1</sup>Table 2 presents only the coefficients of the income dummies in the full logistic regression with country fixed effects. None of the other variables in the model changed sign or significance level with the introduction of the income dummies. The full model is available upon request.

We found that there is no difference whatsoever between the different categories of income. However, those who have no income at all tend to vote less than all the other respondents. In sum, the level of income does not matter, but destitute individuals vote less than the rest of the population. Since extreme poverty is more common in some Latin American countries than in the industrialized world, this is an interesting finding which is in line with our theoretical expectation.

As for the control variables related to motivation, our findings underline the importance of trust in elections, interest in politics, partisanship, and political awareness as significant predictors of voting turnout. All these variables have significant and positive effects on electoral participation. That is, trustful, interested, partisan, and informed citizens are more likely to participate in elections. In contrast, satisfaction with democracy has no effect on individuals' decision to vote.

The control variables related to insertion in mobilization networks shows that individuals who are employed and citizens actively engaged in civic associations are significantly more likely to vote than unemployed individuals, and unengaged individuals. As we hypothesized, citizens involved in large social networks are more likely to be politically engaged and to participate in electoral processes. However, urban residence does not influence electoral participation.

In order to estimate precisely what effect the independent variables of interest have on the probability of voting, we calculated the predicted probabilities of participating in the elections. The predicted probabilities clearly show that two "resources" variables (age and education) stand out as the best predictors of electoral participation in our model. The table demonstrates that a strong socialization effect exists. Age can be considered as a proxy for political

experience. As expected from the socialization hypothesis, the youngest voters (age 18-24) are much less likely to vote than the rest of the population. The predicted probability of participating in the elections for people in this age range is only 66% – the lowest value in the whole Table 3. The likelihood of voting increases considerably for voters in the next age range (age 25-34). Respondents in that age category have a predicted probability of voting of 79%. This suggests that voters get socialized into politics quite fast in the workplace or in their social networks. The likelihood of voting keeps increasing as age increases, but the gap between the different age categories gradually diminishes.

Tabela 3. Probabilidades previstas de votação na América Latina (2010)

Value on the independent variables	Predicted Probability
<b>RESOURCES</b>	
No education	.77
Primary education	.82
Secondary education	.86
Higher education	.89
<b>MOTIVATIONS</b>	
Age 18-24	.66
Age 25-34	.79
Age 35-49	.88
Age 50-64	.94
Age > 64	.97
Partisan	.83
Not partisan	.90
Women	.87
Men	.84
<b>MOTIVATIONS</b>	
Low trust in elections (1)	.83
High trust in elections (7)	.87
Low efficacy (1)	.86
High efficacy (7)	.85
Low political interest (1)	.84
High trust in elections (4)	.88
Low political information (1)	.80
High political information (5)	.86
<b>MOBILIZATION NETWORKS</b>	
Unemployed	.81
Employed	.88
No membership civic organizations	.83
Membership 1 civic organization	.86
Membership 2 civic organizations	.88
Membership +3 civic organizations	.90
Rural	.87
Urban	.85
Never exposed to clientelism	.85
Sometimes exposed to clientelism	.86
Often exposed to clientelism	.87

Source: Table drawn by the authors

The second strong predictor of electoral participation in Latin America is education. We hypothesized that turnout should increase as the level of education increases, because educated individuals are more likely to absorb complex political information and become politically interested. This is exactly what the predicted probabilities reveal. The probability of voting is only 77% for citizens who did not receive any kind of education during their life. The likelihood of voting jumps to 82% for voters who received primary instruction only. For voters who received secondary education, the predicted probability increases even further to 86%. Finally, the likelihood of voting for those who received some form of higher education is 89%. Although the probability of voting keeps increasing as the level of education increases, the biggest differences are the ones that exist between no education vs. primary, and primary vs. secondary. As with the variable age, education is also a statistically significant predictor of electoral participation in the vast majority of Latin American countries (fourteen out of eighteen).

Different motivation and mobilization variables also have an impact on the probability of participating in the elections, but the substantive effect of these factors pales in comparison with the variables “age” and “education”.

### **Why are socioeconomic factors so important in Latin America?**

The importance of voter's resources to explain turnout in Latin America contrasts with the little influence that variables such as income or education have on electoral participation in developed countries. Particularly, education is a very poor predictor of electoral participation in many industrialized countries (NEVITTE, BLAIS, GIDENGIL, NADEAU, 2009; VERBA *et al*, 1978). Why are citizens with a low socioeconomic status (i.e. destitute and poorly educated individuals) less likely to go to the polls in Latin America but not in most

industrialized countries? We believe there are three main reasons that explain this pattern. First, the gap between those that have a low level of education and those that have a high level of education is more remarkable in Latin America than in most industrialized countries. As we showed in our analysis, the citizens that are least likely to vote are those that did not complete primary education (34.5 % of the respondents in our sample find themselves in this situation). Since most citizens in developed countries crossed this minimum threshold of instruction (the vast majority of citizens at least completed primary school), it makes sense that the effect of education on electoral participation is less remarkable. Second, the size of the informal sector in the economy is much bigger in Latin American countries than in developed countries. According to Schneider (2002), the “shadow economy” represents 41% of GNP in Latin American countries, but only 18% of GNP in West European countries. Hence, unskilled individuals in Latin America are much more likely to work in the informal economy than their counterparts in industrialized countries. People working in the informal sector are less likely to be immersed in active social networks. Since, as our own analysis reveals, citizens with low social capital are less likely to participate in the elections, the likelihood that poor and uneducated individuals will turn out is lower in Latin American countries than in the developed countries. Finally, the literature suggests that voters’ resources will matter less when leftist parties or labor movements are able to mobilize lower status individuals (GALLEGO, 2010).

Latin American countries have lacked precisely the type of labor parties that were created in Europe in the twentieth century to mobilize the working-class electorate (BARTOLINI, 2000). Latin American party systems have traditionally been dominated by “parties of a multiclass appeal and ideological pragmatism” (DIX, 1989, p.33). These catch-all parties do not develop

programmatic linkages with voters along existing lines of societal cleavages, and are less effective at mobilizing individuals with low socioeconomic status. Moreover, the neoliberal turn in the 1990s has considerably weakened labor movements in the region, thereby eroding a potential mobilization arena that could encourage disadvantaged social groups to go to the polls (ROBERTS, 2002). In sum, a series of structural factors help explain the divergent impact of voters' resources on electoral participation across different regions.

## Conclusions

In this article, we assessed the relevance of voters' resources to explain electoral participation in Latin America. We find that the strongest predictors of voter turnout in all of our models are two individual resources (education and age – proxy for political experience). Our analysis reveals that these objective characteristics of the voters explain much more than their subjective motivations (trust in elections, political efficacy, and interest in politics) and their insertion in mobilization networks.

The conventional wisdom regarding turnout in Latin America is that institutions matter much more than socioeconomic factors. In the most comprehensive analysis of electoral participation in the region to date, Fornos et al. (2004, p.909) indeed conclude that “socioeconomic variables, which are found to have strong effects on turnout in Western democracies, are unrelated to turnout in Latin American countries.” The present analysis demolishes the accepted wisdom. We demonstrate that the strongest predictors of turnout in the region (education, age, employment status) are all socioeconomic variables. Income also matters but the impact is not linear. Our analysis reveals that individuals in situation of extreme poverty are less likely to vote than the rest of the population.

## References

- BARTOLINI, S. *The Political Mobilization of the European Left, 1860-1980: The Class Cleavage*. New York: Cambridge University Press, 2000.
- BRADY, H. E.; VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L. Beyond SES: A Resource Model of Political Participation. *American Political Science Review*, 89(2), 271-294, 1995.
- COX, G. W.; MUNGER, M. C. Closeness, Expenditures, and Turnout in the 1982 US House Elections. *American Political Science Review*, 83(1), 217-231, 1989.
- DIX, R. H. Cleavage Structures and Party Systems in Latin America. *Comparative Politics*, 22(1), 23-37, 1989.
- FORNOS, C. A.; POWER, T. J.; GARAND, J. C. Explaining Voter Turnout in Latin America, 1980 to 2000. *Comparative Political Studies*, 37(8), 909-940, 2004.
- GALLEGO, A. Understanding unequal turnout: Education and voting in comparative perspective. *Electoral Studies*, 29(2), 239-248, 2010.
- GEYS, B. Explaining voter turnout: A review of aggregate-level research. *Electoral Studies*, 25(4), 637-663, 2006.
- GOLDSTEIN, H. *Multilevel Statistical Models*. New York: Oxford University Press, 1995.
- KOSTADINOVA, T.; POWER, T. J. Does Democratization Depress Participation? Voter Turnout in the Latin American and Eastern European Transitional Democracies. *Political Research Quarterly*, 60(3), 363, 2007.
- LEIGHLEY, J. E.; NAGLER, J. Individual and Systemic Influences on Turnout: Who Votes? 1984. *Journal of Politics*, 54(3), 718-740, 1992.
- NEVITTE, N.; BLAIS, A., Gidengil, E., NADEAU, R. Socioeconomic Status and Nonvoting: A Cross-National Comparative Analysis. In H.-D. Klingemann (Ed.), *The Comparative Study of Electoral Systems*. New York: Oxford University Press, pp. 109–136, 2009.
- NIEMI, R. G.; BARKAN, J. D. Age and Turnout in New Electorates and Peasant Societies. *American Political Science Review*, 81(2), 583-588, 1987.
- PATEMAN, C. *Participation and Democratic Theory*. New York: Cambridge University Press, 1976.
- PÉREZ-LIÑÁN, A. Neoinstitutional Accounts of Voter Turnout: Moving Beyond Industrial Democracies. *Electoral Studies*, 20(2), 281-297, 2001.
- PITKIN, H. F.; SHUMER, S. M. On Participation. *Democracy*, 2(4), 48-53, 1982.
- ROBERTS, K. M. Social Inequalities Without Class Cleavages in Latin America's Neoliberal Era. *Studies in Comparative International Development*, 36(4), 3-33, 2002.
- SCHNEIDER, F. *Size and Measurement of the Informal Economy in 110 Countries Around the World*. Paper presented at the Workshop of Australian National Tax Centre, Canberra, Australia, 2002.
- SNIJDERS, T. A.; BOSKER, R. J. *Multilevel analysis: An introduction to basic and advanced multilevel modeling*. London: Sage Publications, 1999.
- VERBA, S.; NIE, N. H. *Participation in America: Political Democracy and Social Equality*. Chicago: The University of Chicago Press, 1972.
- VERBA, S.; NIE, N. H.; KIM, J.-O. *Participation and Political Equality: A Seven-Nation Comparison*. Chicago: University of Chicago Press, 1978.
- VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H. E. *(Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics)*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.
- WOLFINGER, R. E.; ROSENSTONE, S. J. *Who Votes?* New Haven: Yale University Press, 1980.

# RECURSOS DOS ELEITORES E PARTICIPAÇÃO ELEITORAL NA AMÉRICA LATINA

*Voters' Resources and Electoral Participation in Latin America*

Miguel Carreras

*University of Pittsburgh*

✉ carreras\_miguel@hotmail.com

Néstor Castañeda-Angarita

*University of Pittsburgh*

✉ nccastaneda@gmail.com

**Resumo:** Estudos anteriores de participação eleitoral na América Latina são focados nos fatores políticos e institucionais que influenciam as diferenças entre os países no nível agregado de comparecimento às urnas. Este artigo apresenta um exame teórico e empírico do nível individual e de fatores socioeconômicos que têm um impacto sobre os cidadãos na propensão a votar. Avaliamos a relevância dos recursos dos eleitores para explicar a participação eleitoral na América Latina. Demonstramos que as características demográficas dos eleitores (idade e educação) são fortes preditores de participação eleitoral na América Latina. Nossa análise revela que as características objetivas individuais dos eleitores explicam muito mais do que motivações individuais subjetivas e redes de mobilização.

**Palavras-chaves:** participação eleitoral; impacto; recursos; características demográficas.

**Abstract:** Previous studies of electoral participation in Latin America have focused on the political and institutional factors that influence country differences in the aggregate level of turnout. This paper provides a theoretical and empirical examination of the individual-level socio-economic factors that have an impact on citizens' propensity to vote. We assess the relevance of voters' resources to explain electoral participation in Latin America. We demonstrate that the demographic characteristics of voters (age and education) are strong predictors of electoral participation in Latin America. Our analysis reveals that the individual objective characteristics of the voters explain much more than individual subjective motivations and mobilization networks.

**Key words:** electoral participation; impact; resources; demographic characteristics.

## Introdução

Quem vota na América Latina? Após 30 anos de regime democrático ininterrupto na maioria dos países latino-americanos, ainda sabemos muito pouco sobre os fatores que afetam a propensão dos indivíduos para votar. Essa questão tem implicações normativas importantes para a cidadania democrática. Teóricos da democracia têm repetidamente argumentado que a participação política tem uma influência positiva sobre os cidadãos, pois leva a escolhas esclarecidas na arena política e ao aumento do civismo. Pessoas ativas politicamente tendem a ser mais desenvolvidas – intelectualmente, praticamente e moralmente – do que pessoas passivas (PATEMAN, 1976; PITKIN, SHUMER, 1982). Estudos anteriores demonstraram que uma série de fatores institucionais e contextuais tem um impacto positivo na taxa de participação (FORNOS, POWER, GARAND, 2004; PÉREZ-LIÑÁN, 2001). A participação eleitoral aumenta quando procedimentos de registro são eficientes, quando o voto é obrigatório e sanções em caso de abstenção são aplicadas, e quando as eleições legislativas e presidenciais são realizadas simultaneamente. A sabedoria convencional diz que fatores socioeconômicos não estão relacionados com a participação na região (FORNOS *et al.*, 2004). Os estudos de participação no nível subnacional têm encontrado provas inconsistentes para o impacto de variáveis como a alfabetização, riqueza e idade da população na participação eleitoral. Esses resultados nulos e inconsistentes podem estar relacionados com os problemas ecológicos que resultam da análise agregada dos níveis de comparecimento às urnas.

Neste *paper*, nós reavaliamos a relação entre características sociodemográficas e o comparecimento a nível individual com dados de pesquisas recentes de 18 países latino-americanos.

### **Teoria: Recursos e a capacidade dos eleitores**

Verba *et al* (1995) argumentam que o voto é uma única forma de engajamento político que é menos exigente em recursos do que trabalhar em campanhas, escrevendo cartas a funcionários do governo, ou doar dinheiro para as atividades de partidos. Apesar do voto exigir menos tempo e dinheiro do que outras atividades políticas, os cidadãos ainda precisam de um mínimo de competências e recursos para compreender o que está em jogo e para ter interesse no resultado da eleição.

O modelo do *status socioeconômico* (SES) de participação dos eleitores tem mostrado consistentemente que renda e educação estão associados positivamente com a participação eleitoral a nível individual. Indivíduos com maior nível socioeconômico são mais susceptíveis de participar que os cidadãos mais pobres e menos escolarizados (LEIGHLEY, NAGLER, 1992; VERBA, NIE, KIM, 1978; WOLFINGER, ROSENSTONE, 1980). Esses estudos sugerem que os cidadãos com maior SES tendem a ter mais tempo livre para participar de atividades políticas e estão melhor informados. Indivíduos com maior escolaridade também são mais propensos a compreender as questões em jogo nas eleições e tornarem-se politicamente interessados (BRADY, VERBA, SCHLOZMAN, 1995). Esperamos então que a probabilidade de voto aumente quando aumenta o nível de educação.

Controlando pelo nível de educação, o nível de renda deve ser menos relacionado diretamente à participação eleitoral, porque votar exige um mínimo de recursos monetários. Ainda assim, ir para o local da votação pode exigir que os cidadãos tomem algum tipo de transporte público. Mesmo esses gastos mínimos podem ser proibitivos para os eleitores mais pobres, especialmente se eles não estão registrados para votar no lugar onde vivem. Por isso, esperamos uma diferença na probabilidade de voto entre os eleitores mais pobres e o resto

da população, mas não esperamos uma relação linear entre renda e participação.

Outro recurso individual essencial é *experiência política*. Muitos estudos demonstram que os cidadãos mais velhos tendem a votar mais do que seus colegas mais jovens. Pesquisas anteriores já haviam encontrado um forte apoio para essa relação no nível individual, tanto em países desenvolvidos (LEIGHLEY, NAGLER, 1992; WOLFINGER, ROSENSTONE, 1980) e nos países em desenvolvimento (NIEMI, BARKAN, 1987). Na verdade, socialização política leva tempo. Os eleitores jovens podem ficar desorientados pelas diferentes opções eleitorais, preferindo assim não votar. Experiência política é adquirida ao longo do tempo com os cidadãos se deparando com questões políticas concretas (por exemplo, habitação, tributação, saúde, benefícios sociais), discutindo sobre política no local de trabalho ou em suas redes sociais e aprendendo sobre os programas que os diferentes partidos políticos propõem para resolver os problemas que enfrentam. Este processo pode demorar vários anos. Assim, esperamos que os eleitores mais experientes da América Latina (ou seja, os cidadãos mais velhos) tendam a votar mais do que os neófitos políticos (ou seja, os eleitores mais jovens).

### **Dados e estimativas**

Nossa principal variável de interesse é comparecimento eleitoral. Nós usamos uma medida dicotômica dos inquiridos que votaram nas últimas eleições presidenciais: 1 = sim, votou; 0 = não, não votou. Este estudo centra-se no comparecimento relatado ao invés da taxa de participação efectiva, e privilegia relatórios sobre o comportamento passado em detrimento das expectativas sobre as decisões de voto futuras.

As principais variáveis independentes para o nosso estudo são organizadas em três grupos: capacidade, motivação e fatores de rede. O primeiro grupo de variáveis capta a capacidade do voto dos indivíduos. Como mencionamos na seção teórica, tal capacidade é determinada pela quantidade de recursos disponíveis para os potenciais eleitores. Os principais determinantes da capacidade individual de voto são atributos socioeconômicos e demográficos. Os atributos socioeconômicos incluem renda e educação. Os atributos demográficos incluem fatores como sexo e idade. Como variáveis de controle, nós também incluímos uma série de variáveis que medem as motivações dos eleitores e a inserção em redes de mobilização destes eleitores (VERBA *et al.*, 1995). Variáveis de motivação medem o interesse dos indivíduos por questões políticas, a sua capacidade de entender o que está em jogo no processo eleitoral e o grau em que eles confiam no processo eleitoral e no regime democrático. Esse conjunto de variáveis inclui perguntas sobre a satisfação com a democracia, confiança nas eleições, eficácia política, interesse em política, identificação partidária e consciência política. Para controlar o efeito de inserção em redes de recrutamento, medimos a imersão dos entrevistados em diferentes redes de mobilização (associações voluntárias e redes clientelistas). Consideramos também a posição do entrevistado no mercado de trabalho (situação de emprego).

Nós rodamos um modelo de regressão linear (“logística”) para lançar luz sobre o efeito das características sociodemográficas dos eleitores sobre a decisão de voto. O uso de uma regressão linear é adequada, porque a nossa variável de interesse – o comparecimento dos eleitores – é uma variável dicotômica. Nós utilizamos dados do “Barômetro das Américas 2010” para 30,075 entrevistados em 17 países latino-americanos.

## **Resultados**

As conclusões sobre o efeito dos recursos sobre o comportamento individual de voto são reveladores (ver Tabela 1). Indivíduos com maior escolaridade são mais propensos a participar nos processos eleitorais. Na verdade, a probabilidade de indivíduos que irão votar nas eleições presidenciais aumenta significativamente à medida que se tornam mais educados. Nossos resultados também oferecem evidências convincentes em apoio do argumento de que indivíduos mais velhos são mais propensos a votar do que indivíduos mais jovens. O coeficiente para a variável idade é positivo e estatisticamente significativo em todos os modelos apresentados na Tabela 1.

Tabela 1. Determinantes da participação de eleitor na América Latina, Modelo Logístico

	(1) <b>Logístico</b> <i>b/ (se)</i>
<b>RECURSOS</b>	
Renda	0.007 (0.03)
Educação	0.367*** (0.06)
Idade	0.665*** (0.06)
Gênero	-0.233*** (0.06)
<b>MOTIVAÇÕES</b>	
Satisfação com a democracia	0.070 (0.04)
Confiança nas eleições	0.088*** (0.02)
Eficiência Política	-0.004 (0.02)
Interesse em política	0.105** (0.04)
Partidarismo	0.377*** (0.11)
Consciência Política	0.091*** (0.03)
<b>REDES SOCIAIS</b>	
Emprego	0.500*** (0.05)
Frequência em Igrejas	-0.026 (0.03)
Membro de associações	0.136*** (0.04)
Associações clientelistas	0.062 (0.06)
Moradia Urbana/Rural	-0.102 (0.11)
Constante	-2.338*** (0.33)
Entrevistados:	
N indivíduos	22457
N países	17

\* p<0.01, \*\* p<0.05, \*\*\* p<0.001

Fonte: Tabela formulada pelos autores

À primeira vista, todos os modelos da Tabela 1 sugerem que a renda não é um preditor significativo de participação eleitoral na América Latina. Contrariamente às expectativas do modelo SES do comportamento eleitoral, os indivíduos ricos não necessariamente votam mais do que indivíduos mais pobres. No entanto, tentamos uma especificação de modelo diferente, que revelou que a relação entre a riqueza pessoal e participação eleitoral existe, mas não é linear. Rodamos o mesmo modelo apresentado acima, mas desta vez incluindo todas as categorias de renda como variáveis *dummies*, excluindo os valores mais altos e mais baixos de renda, que serviram de categorias de base - (ver Tabela 2).<sup>2</sup>

Tabela 2. Regressão Logística com renda em *dummies*

Nível de renda	Modelo completo com	Modelo completo com
	renda <i>dummies</i>	renda <i>dummies</i>
	(Base tenth decile)	(Base sem renda)
No Income	-0.463** (0.190)	
1st decile	-0.119 (0.164)	0.344*** (0.126)
2nd decile	-0.003 (0.159)	0.460*** (0.124)
3rd decile	-0.027 (0.157)	0.436*** (0.123)
4th decile	0.053 (0.157)	0.516*** (0.124)
5th decile	-0.044 (0.158)	0.420*** (0.127)
6th decile	-0.114 (0.160)	0.350*** (0.132)
7th decile	0.065 (0.167)	0.528*** (0.141)
8th decile	-0.040 (0.177)	0.423*** (0.153)

<sup>2</sup> A Tabela 2 apresenta apenas os coeficientes das variáveis *dummies* de renda na regressão linear (logística) completa com efeitos fixos dos países. Nenhuma das outras variáveis no modelo modificaram de sinal ou nível de significância com a introdução das *dummies* de rendimento. O modelo completo está disponível mediante solicitação.

9th decile	-0.157	0.307*
	(0.189)	(0.168)
10th decile		0.463**
		(0.190)

\*  $p < 0.1$ , \*\*  $p < 0.05$ , \*\*\*  $p < 0.001$

Fonte: Tabela formulada pelos autores

Descobrimos que não há diferença alguma entre as diferentes categorias de renda. No entanto, aqueles que não têm renda nenhuma tendem a votar menos do que todos os outros entrevistados. Em suma, o nível de renda não importa, mas os indivíduos absolutamente carentes votam menos do que o resto da população. Como a pobreza extrema é mais comum em alguns países latino-americanos do que no mundo industrializado, este é um achado interessante que está de acordo com nossa expectativa teórica.

Quanto às variáveis de controle relacionadas à motivação, os nossos resultados sublinham a importância da confiança nas eleições, o interesse na política, partidarismo e conscientização política como preditores significativos do comparecimento às urnas. Todas estas variáveis têm efeitos significativos e positivos sobre a participação eleitoral. Isto é, cidadãos confiantes, interessados, partidários e informados são mais propensos a participar nas eleições. Em contraste, a satisfação com a democracia não tem nenhum efeito sobre a decisão dos indivíduos para votar.

As variáveis de controle relacionadas à inserção em redes de mobilização mostram que os indivíduos que estão empregados e os cidadãos ativamente engajados em associações cívicas são significativamente mais propensos a votar do que os indivíduos desempregados e os indivíduos descomprometidos. Como hipótese, os cidadãos envolvidos em grandes redes sociais são mais propensos a ser engajados politicamente e participar nos processos eleitorais. No entanto, residência urbana não influencia a participação eleitoral.

A fim de estimar com precisão o efeito que as variáveis independentes de interesse têm sobre a probabilidade de voto, foram calculadas as probabilidades previstas de participar nas eleições. A previsão de probabilidade mostra claramente que os dois "recursos" variáveis (idade e escolaridade) se destacam como os melhores preditores da participação eleitoral em nosso modelo. A tabela demonstra que existe um efeito forte da socialização. Idade pode ser considerada como uma prerrogativa para a experiência política. Como esperado a partir da hipótese de socialização, os jovens eleitores (18-24 anos) são muito menos propensos a votar do que o resto da população. A probabilidade prevista de participar nas eleições para as pessoas nesta faixa etária é apenas 66% - o valor mais baixo em toda a Tabela 3. A probabilidade de voto aumenta consideravelmente para os eleitores na faixa etária seguinte (idade 25-34). Os entrevistados nesta faixa etária têm uma probabilidade prevista de voto de 79%. Isto sugere que os eleitores se socializam na política muito rápido através do local de trabalho ou em suas redes sociais. A probabilidade de voto continua a aumentar com a idade, mas a diferença entre as diferentes categorias de idade diminui gradualmente.

Tabela 3. Probabilidades previstas de votação na América Latina (2010)

Valor nas variáveis independentes	Probabilidade prevista
<b>RECURSOS</b>	
Sem educação	.77
Educação primária	.82
Educação Secundária	.86
Educação superior	.89
Idade 18-24	.66
Idade 25-34	.79
Idade 35-49	.88
Idade 50-64	.94
Idade > 64	.97
Partidário	.83

Não partidário	.90
Mulher	.87
Homem	.84
<b>MOTIVAÇÕES</b>	
Baixa confiança nas eleições (1)	.83
Alta confiança nas eleições (7)	.87
Baixa eficácia (1)	.86
Alta eficácia (7)	.85
Baixo interesse político (1)	.84
Alto interesse político (4)	.88
Baixa informação política (1)	.80
Alta informação política (5)	.86
<b>MOBILIZAÇÃO EM REDES SOCIAIS</b>	
Desempregado	.81
Empregado	.88
Não é membro de organizações civis	.83
Membro de 1 organizações civil	.86
Membro de 2 organizações civis	.88
Membro de +3 organizações civis	.90
Rural	.87
Urbano	.85
Nunca exposto ao clientelismo	.85
Às vezes exposto ao clientelismo	.86
Frequentemente exposto ao clientelismo	.87

Fonte: Tabela formulada pelos autores

O segundo indicador mais forte da participação eleitoral na América Latina é a educação. Nossa hipótese é que o comparecimento deve aumentar à medida que aumenta o nível de educação, porque as pessoas educadas são mais propensas a absorver informação política complexa e tornarem-se politicamente interessados. Isto é exatamente o que as probabilidades calculadas revelaram. A probabilidade de votar é apenas 77% dos cidadãos que não receberam qualquer tipo de educação durante a sua vida. A probabilidade

de votar salta para 82% para os eleitores que receberam instrução primária. Para os eleitores que receberam ensino secundário, a probabilidade prevista aumenta ainda mais a 86%. Finalmente, a probabilidade de voto para aqueles que receberam alguma forma de ensino superior é de 89%. Embora a probabilidade de voto continue a aumentar conforme aumenta o nível de educação, as maiores diferenças são entre os indivíduos sem instrução em relação aos com ensino primário, e entre os de educação primária versus os com ensino secundário. Tal como acontece com a variável idade, a educação é também um preditor significativo de participação eleitoral, na grande maioria dos países latino-americanos (14 de 18 países analisados).

Motivações diferentes e variáveis de mobilização também têm um impacto sobre a probabilidade de participar nas eleições, mas o efeito substantivo desses fatores empalidece em comparação com as variáveis "idade" e "educação".

### **Porque os fatores socioeconômicos são tão importantes na América Latina?**

A importância dos recursos dos eleitores para explicar participação na América Latina contrasta com a pouca influência que variáveis como renda e educação têm sobre a participação eleitoral nos países desenvolvidos. Particularmente, a educação é um indicador de participação eleitoral muito fraco em muitos países industrializados (NEVITTE, BLAIS, GIDENGIL, NADEAU, 2009; VERBA *et al.*, 1978). Por que os cidadãos com baixo nível socioeconômico (ou seja, indivíduos com baixa renda e escolaridade) são menos propensos a ir às urnas na América Latina, mas não na maioria dos países industrializados?

Acreditamos que existem três razões principais que explicam esse padrão. Primeiro, o fosso entre aqueles que têm um baixo nível de escolaridade e aqueles que têm um alto nível de educação é mais notável na América Latina do que na maioria dos países industrializados. Como mostramos em nossa análise, os cidadãos que são menos propensos a votar são aqueles que não completaram a educação primária (34,5% dos entrevistados em nossa amostra se encontram nesta situação). Como a maioria dos cidadãos dos países desenvolvidos atravessaram esse limiar mínimo de instrução (a grande maioria dos cidadãos, pelo menos, completaram o ensino primário), faz sentido que o efeito da educação sobre a participação eleitoral seja menos notável.<sup>3</sup> Em segundo lugar, o tamanho do setor informal na economia é muito maior nos países latino-americanos do que nos países desenvolvidos.

De acordo com Schneider (2002), a “economia sombra” representa 41% do PIB nos países latino-americanos, mas apenas 18% do PIB em países da Europa Ocidental. Assim, os indivíduos não qualificados da América Latina são muito mais propensos a trabalhar na economia informal do que suas contrapartes nos países industrializados. As pessoas que trabalham no setor informal têm menos probabilidade de serem envolvidas em redes sociais. Dado que, como revela a nossa própria análise, os cidadãos com baixo capital social são menos susceptíveis de participar nas eleições, a probabilidade de que indivíduos pobres e sem instrução votem é menor nos países latino-americanos do que nos países desenvolvidos. Finalmente, a literatura sugere que os recursos dos eleitores importam menos quando os partidos de esquerda ou movimentos trabalhistas são capazes de mobilizar os indivíduos de menor status (GALLEGO, 2010).

---

<sup>3</sup> De acordo com estatísticas da UNESCO, a taxa média de matrícula no ensino secundário em 2009 foi de 91,5% nos países da OCDE (excluindo o México e Chile), mas apenas 66,9% nos países latino-americanos incluídos nesta análise (dados disponíveis on-line: <http://www.uis.unesco.org>).

Países latino-americanos não tinham precisamente o tipo de partido trabalhista que foram criados na Europa no século XX, para mobilizar o eleitorado da classe trabalhadora (BARTOLINI, 2000). Sistemas partidários latino-americanos têm sido tradicionalmente dominada por “partidos de um apelo multiclasse e pragmatismo ideológico” (DIX, 1989, p.33). Estes partidos *catch-all* não desenvolvem vínculos programáticos com os eleitores ao longo de linhas existentes de clivagens sociais, e são menos eficazes na mobilização de indivíduos com baixo nível socioeconômico. Além disso, na virada neoliberal na década de 1990 os movimentos trabalhistas na região foram consideravelmente enfraquecidos, corroendo assim uma arena de mobilização potencial que poderia incentivar os grupos sociais desfavorecidos a ir às urnas (ROBERTS, 2002). Em suma, uma série de fatores estruturais ajudam a explicar o impacto divergente de recursos dos eleitores sobre a participação eleitoral nas diferentes regiões.

## Conclusões

Neste artigo, analisamos a relevância dos recursos dos eleitores para explicar a participação eleitoral na América Latina. Nós achamos que os mais fortes preditores de comparecimento dos eleitores em todos os nossos modelos são dois recursos individuais (escolaridade e idade - prerrogativa para a experiência política). Nossa análise revela que essas características objectivas dos eleitores explicam muito mais do que suas motivações subjetivas (confiança nas eleições, a eficácia política e interesse na política) e sua inserção em redes de mobilização.

A sabedoria convencional sobre participação na América Latina diz que as instituições importam muito mais do que fatores socioeconômicos. Na análise mais abrangente de participação eleitoral na região até à data, Fornos *et*

al. (2004, p.909) de fato concluem que “as variáveis socioeconômicas, que são propensas a terem fortes efeitos sobre a taxa de participação nas democracias ocidentais, não têm relação com participação dos países latino-americanos.” A presente análise destrói essa tese. Nós demonstramos que os mais fortes preditores de participação da região (educação, idade, situação de emprego) são variáveis socioeconômicas. A renda também interessa, mas o impacto não é linear. A nossa análise revela que os indivíduos em situação de extrema pobreza são menos prováveis ao voto do que o resto da população.

\*Tradução: Camila Tribess (Universidade Federal do Paraná - UFPR)

## Referências

- BARTOLINI, S. *The Political Mobilization of the European Left, 1860-1980: The Class Cleavage*. New York: Cambridge University Press, 2000.
- BRADY, H. E.; VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L. Beyond SES: A Resource Model of Political Participation. *American Political Science Review*, 89(2), 271-294, 1995.
- COX, G. W.; MUNGER, M. C. Closeness, Expenditures, and Turnout in the 1982 US House Elections. *American Political Science Review*, 83(1), 217-231, 1989.
- DIX, R. H. Cleavage Structures and Party Systems in Latin America. *Comparative Politics*, 22(1), 23-37, 1989.
- FORNOS, C. A.; POWER, T. J.; GARAND, J. C. Explaining Voter Turnout in Latin America, 1980 to 2000. *Comparative Political Studies*, 37(8), 909-940, 2004.
- GALLEGO, A. Understanding unequal turnout: Education and voting in comparative perspective. *Electoral Studies*, 29(2), 239-248, 2010.
- GEYS, B. Explaining voter turnout: A review of aggregate-level research. *Electoral Studies*, 25(4), 637-663, 2006.
- GOLDSTEIN, H. *Multilevel Statistical Models*. New York: Oxford University Press, 1995.
- KOSTADINOVA, T.; POWER, T. J. Does Democratization Depress Participation? Voter Turnout in the Latin American and Eastern European Transitional Democracies. *Political Research Quarterly*, 60(3), 363, 2007.
- LEIGHLEY, J. E.; NAGLER, J. Individual and Systemic Influences on Turnout: Who Votes? 1984. *Journal of Politics*, 54(3), 718-740, 1992.

- NEVITTE, N.; BLAIS, A., Gidengil, E., NADEAU, R. Socioeconomic Status and Nonvoting: A Cross-National Comparative Analysis. In H.-D. Klingemann (Ed.), *The Comparative Study of Electoral Systems*. New York: Oxford University Press, pp. 109–136, 2009.
- NIEMI, R. G.; BARKAN, J. D. Age and Turnout in New Electorates and Peasant Societies. *American Political Science Review*, 81(2), 583-588, 1987.
- PATEMAN, C. *Participation and Democratic Theory*. New York: Cambridge University Press, 1976.
- PÉREZ-LIÑÁN, A. Neoinstitutional Accounts of Voter Turnout: Moving Beyond Industrial Democracies. *Electoral Studies*, 20(2), 281-297, 2001.
- PITKIN, H. F.; SHUMER, S. M. On Participation. *Democracy*, 2(4), 48-53, 1982.
- ROBERTS, K. M.. Social Inequalities Without Class Cleavages in Latin America's Neoliberal Era. *Studies in Comparative International Development*, 36(4), 3-33, 2002.
- SCHNEIDER, F. *Size and Measurement of the Informal Economy in 110 Countries Around the World*. Paper presented at the Workshop of Australian National Tax Centre, Canberra, Australia, 2002.
- SNIJDERS, T. A.; BOSKER, R. J. *Multilevel analysis: An introduction to basic and advanced multilevel modeling*. London: Sage Publications, 1999.
- VERBA, S.; NIE, N. H. *Participation in America: Political Democracy and Social Equality*. Chicago: The University of Chicago Press, 1972.
- VERBA, S.; NIE, N. H.; KIM, J.-O. *Participation and Political Equality: A Seven-Nation Comparison*. Chicago: University of Chicago Press, 1978.
- VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H. E. *Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1995.
- WOLFINGER, R. E.; ROSENSTONE, S. J. *Who Votes?* New Haven: Yale University Press, 1980.

# GOVERNANÇA ELEITORAL NA AMÉRICA LATINA: DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS COMPARADOS

*Electoral governance in Latin America: Comparative constitutional devices*

Manuela de Souza Pereira  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)  
✉ manuelasouzapereira@gmail.com

**Resumo:** Na América Latina são variados os métodos utilizados para a administração e o controle do processo eleitoral. Este artigo se propõe a analisar os dispositivos constitucionais dos países da América Latina referentes aos seus órgãos eleitorais, à luz do conceito de governança eleitoral. Entre os países da América Latina serão analisados Brasil, Costa Rica, Uruguai, Paraguai e Argentina.

**Palavras-chaves:** governança eleitoral; eleições; democracia.

**Abstract:** In Latin America are different methods used for the administration and control of the electoral process. This article proposes to examine the constitutional devices of the Latin American countries concerning their electoral authorities in the light of the concept of electoral governance. Among Latin American countries will be analyzed Brazil, Costa Rica, Uruguay, Paraguay and Argentina.

**Key words:** electoral governance; elections; democracy.

Os novos regimes democráticos, os quais emergiram em meados dos anos 1970, possuem uma preocupação básica em garantir a credibilidade das eleições: livres, justas e aceitas pelos diferentes setores da sociedade. Tanto essas novas democracias, quanto as democracias consolidadas, veem em seus processos eleitorais e na participação na competição política através do voto uma garantia para que haja a continuidade do regime democrático.

A fim de melhor operacionalizar esse objeto de estudo foi formulado o conceito de Governança Eleitoral. Este agrega analiticamente todos os aspectos

relacionados aos processos eleitorais. Apesar de o debate a respeito de governança eleitoral ainda ser incipiente (MOZAFFAR, SCHEDLER, 2002), estudos dedicados às instituições eleitorais não são novidade na Ciência Política. Regras dos sistemas eleitorais e seus efeitos, o processo de judicialização da política, relação entre a lisura das eleições e qualidade da democracia e a chamada engenharia institucional têm sido objeto de uma infinidade de trabalhos. Esta literatura é fundamental para a discussão do novo conceito e de suas possíveis contribuições analíticas.

A proposta dos formuladores (MOZAFFAR, SCHEDLER, 2002) desse conceito era elaborar um instrumento capaz de incorporar, nas pesquisas comparadas sobre democracia e transições, vários elementos que afetam as eleições, mas que geralmente são tratados separadamente. Governança eleitoral opera em três diferentes níveis: formulação de regras; aplicação de regras (administração do jogo eleitoral); e adjudicação das regras. Há também diversos fatores que interferem no processo de governança eleitoral. Entre eles está a estrutura de instituições formais. A importância dessas estruturas para o funcionamento dos processos eleitorais justifica uma agenda de pesquisa sobre instituições responsáveis pelo processo eleitoral.

Tais instituições formais, conhecidas como organismos eleitorais (OE), são geridas por normas existentes nas cartas constitucionais e nos códigos eleitorais dos países. Partindo dessa perspectiva, serão expostas as atribuições legais dos organismos eleitorais nas constituições vigentes em países da América Latina a fim de se estudar o processo de burocratização e centralização.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Centralização e burocratização são apenas dois dos seis aspectos relativos à governança eleitoral. Os demais são: independência, especialização, delegação e regulação.

A centralização do processo eleitoral consiste na responsabilidade do órgão de gestão nacional pela organização do processo eleitoral subnacional. Já o processo de burocratização é identificado com a presença de um aparato administrativo permanente e independente, hierarquia funcional, controle sobre o recrutamento e regras internas estáveis. Está relacionado com as prerrogativas concedidas aos órgãos eleitorais. Essa atribuição pode ser concedida ou não, sendo estruturada de forma variada entre os países. Isso é concernente com o fato de o órgão eleitoral ser autônomo ou dependente; especializado ou partidário; ser um órgão nacional ou não e ter comissões “*ad hoc*” ou permanentes.

Para elucidar tais processos, será apresentado, primeiramente, o modelo brasileiro de governança eleitoral. Este foi instituído com o Código Eleitoral de 1932, em que foi criada a Justiça Eleitoral. A Justiça Eleitoral assumiu, em seu aparato institucional, quatro funções: a jurisdicional (dirimir conflitos de interesse eleitoral, função de todo Judiciário), a administrativa (administrar todo o processo eleitoral), a consultiva (o TSE e os TREs devem responder às consultas sobre matéria eleitoral), e a normativa (resoluções expedidas pelo TSE para normalizar o processo eleitoral, como as instruções). Na constituição de 1988, na Seção VI (Artigo 118 ao Artigo 121), são descritas as atribuições da Justiça Eleitoral e seus órgão componentes: 1) Tribunal Superior Eleitoral – TSE; 2) Tribunais Regionais Eleitorais – TREs; 3) Juízes Eleitorais; 4) Juntas Eleitorais. Estas últimas são temporárias, sendo formadas seis meses antes das eleições. Também é importante salientar que as decisões do TSE são irrecorríveis, salvo os casos que contrariem a constituição vigente (Artigo 121, §3º). Essa norma concede ao TSE, que apresenta no mínimo sete membros, a última instância nos assuntos de natureza eleitoral e a independência perante os poderes Executivo e Legislativo.

Os únicos países da América Latina que concentram as atividades da governança eleitoral em único organismo eleitoral, e que excluem o Legislativo de sua formação, são o Brasil e a Costa Rica.

Na Costa Rica a responsabilidade pela indicação e a seleção dos membros do OE é exclusiva da Corte Suprema de Justiça. O Tribunal Supremo de Eleições é composto de três membros, com um mandato de oito anos. O requisito mínimo para a seleção desses membros é que sejam bacharéis em Direito, possuam experiência profissional e não sejam membros da Corte Suprema de Justiça. Tal organismo foi institucionalizado em 1949 e possui independência perante os demais poderes do Estado, o que é visto por alguns estudiosos como um quarto poder.

Artigo 9 – O Tribunal Supremo de Eleições, com a categoria e independência dos Poderes do Estado, tem como responsabilidade de forma exclusiva e independente a organização, direção e supervisão dos atos relativos ao sufrágio, assim como as demais funções investidas por esta Constituição e as leis. (Costa Rica, 1949).

No que tange a Argentina, cada província dita sua própria legislação eleitoral, assim como seus próprios órgãos. Essa estrutura é consequência direta da organização autônoma que é aplicada no país. Entretanto, as legislações eleitorais das províncias se aplicam as eleições provinciais, enquanto que as eleições nacionais são regidas por leis nacionais e possuem órgãos também nacionais.

Na organização do processo eleitoral nacional existe a Justiça Eleitoral Nacional, a qual tem a seu cargo tanto a administração eleitoral como o contencioso eleitoral. Mais especificamente esta possui quatro funções: judicial; de controle; de administração eleitoral; e de registro. Apresenta também a Câmara Nacional Eleitoral e as Juntas Eleitorais. Aquela se constitui com um tribunal superior em questões eleitorais e estas são essencialmente provisórias já

que se constituem noventa dias antes de cada eleição, em cada capital de província e na capital do país, e conduzem o processo eleitoral até a divulgação dos resultados. O registro de eleitores, a infraestrutura necessária para a votação, a administração do Fundo Partidário e a convocação de eleições são atribuições do Ministério do Interior.

O Uruguai, em sua Constituição de 1967, reconheceu a autonomia da Corte Eleitoral (órgão criado em 1917) não integrando nenhum dos poderes do Estado e com a faculdade de decidir em última instância sobre matéria eleitoral, sem a possibilidade de recurso. A partir desse texto constitucional a Corte tornou-se o foro das eleições de todos os cargos eletivos, sem exceção, como também do plebiscito e do referendo.

A constituição não define as qualidades necessárias para ser membro da Corte Eleitoral nem a duração do mandato de seus integrantes. Em geral, permanecem no cargo até o final de uma legislatura, mas podem ser reconduzidos. Entretanto, é proibida a participação de seus membros em órgãos de direção dos partidos e na campanha eleitoral:

Artigo 325- Os membros da Corte Eleitoral não poderão ser candidatos a nenhum cargo que exija eleições do Corpo Eleitoral, salvo os casos em que renunciem e cessem suas funções, pelo menos, seis meses antes da data das eleições. (Uruguai, 1967).

Sob o seu jugo estão às juntas eleitorais departamentais (órgãos permanentes) e órgãos temporários como as Comissões Receptoras de Votos. Em sua constituição, o Uruguai define a Corte Eleitoral como um órgão de competência aberta e de última instância em matéria eleitoral.

Artigo 321 – Haverá uma Corte Eleitoral com as seguintes atribuições, além das estabelecidas na Seção III e as que a lei especifica: a) Conhecer todos os atos e procedimentos eleitorais; b) Exercer a superintendência diretiva, de revisão,

consultiva e econômica sobre os órgãos eleitorais; c) Decidir em última instância sobre todas as apelações e reivindicações que surjam e ser juiz das eleições para todos os cargos eletivos, atos de plebiscito e referendo. (Uruguai, 1967).

Dando continuidade, também foi analisado o organismo eleitoral paraguaio. Este é composto pelo Tribunal Eleitoral e por uma Junta Eleitoral Central. O primeiro possui atribuições jurisdicionais e é constituído por três membros, que não tenham ocupado cargos políticos partidários nos cinco anos anteriores à sua designação, indicados pelo Poder Executivo. A Junta Eleitoral Central apresenta a seguinte configuração: doze membros, os quais são designados por partidos políticos. O partido majoritário tem o direito de indicar nove membros. Esse órgão apresenta funções administrativas.

Percebe-se a presença, nas constituições analisadas, de dispositivos que regulamentam os processos eleitorais como também a variação no conteúdo de seus respectivos dispositivos. Isso permite propor uma classificação quanto aos aspectos de governança eleitoral nos textos constitucionais, em que a Argentina seria um caso exemplar de descentralização, por exemplo, e o Paraguai um caso de OE partidário. Entretanto, a classificação completa fica prejudicada pela escassez de informações sobre o funcionamento dos OEs definidas nas Constituições: muitos detalhes ficam remetidos à legislação infraconstitucional.

Assim mesmo, é possível verificar que os graus de centralização e de burocratização dos OEs variam entre os países, sugerindo que os diversos modelos de governança eleitoral configurados nas Constituições podem estar relacionados a variáveis locais específicas. Mas a principal revelação que emerge da comparação dos dispositivos constitucionais relativos à governança eleitoral é a pertinência de aplicá-los como variáveis explicativas da dinâmica da competição eleitoral nos países. A agenda de pesquisa que busca, na comparação entre países da América Latina, explicações para a credibilidade

das eleições e dos políticos, as estratégias competitivas das oposições e até para a confiança nas instituições, tem muito a ganhar se acrescentar, às sempre mobilizadas regras do sistema eleitoral, os aspectos aqui discutidos.

### Referências

Constituições da Costa Rica, Uruguai, Brasil, Paraguai e Argentina obtidas para efeito de comparação dos artigos, disponíveis no website: <http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/constudies.html>.

MARCHETTI, Vitor. Governança Eleitoral: O modelo brasileiro de Justiça Eleitoral. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 4, p.865-893, 2008.

MOZAFFAR, S.; SCHEDLER, A. The comparative study of electoral governance: Introduction. *International Political Science Review*, vol. 23, n. 1, 2002.

SADEK, M. T. A. A Justiça Eleitoral e a consolidação da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stifung, 1995.

# LA CONSTRUCCIÓN DE LA IMAGEN DE CRISTINA KIRCHNER Y DE DILMA ROUSSEFF EN LAS ELECCIONES PRESIDENCIALES

Eugenia Cecilia Gómez Castañeda

*Centro de Estudios Históricos e Interdisciplinarios para las Mujeres( CEHIM/ UNT)*

✉ ceci\_25gc@hotmail.com

Luciana Fernandes Veiga

*Universidade Federal do Paraná (UFPR)*

✉ luciana.veiga@ufpr.br

**Resumen:** *La primera mujer elegida para el cargo de Presidente en América Latina fue Violeta Chamorro en Nicaragua en 1990. Luego vinieron Janet Jagan (Guyana, 1997), Mireya Moscoso (Panamá, 1999), Michelle Bachelet (Chile, 2006), Cristina Fernández de Kirchner (Argentina, 2007), Laura Chinchilla (Costa Rica, 2010) y Dilma Rousseff (Brasil, 2010). Estudiar la tendencia creciente de representación de las mujeres en la política es un tema cada vez más importante para la Ciencia Política latinoamericana. Con este texto intentamos un análisis todavía inicial sobre la construcción de la imagen de dos candidatas – exitosas – en las elecciones presidenciales en América Latina.*

**Palabras-claves:** *esfera política; representación; mujeres; imagen; elecciones presidenciales.*

## Cristina

El 10 de diciembre de 2007, Cristina Fernández de Kirchner recibía - por primera vez y representando a la Frente para la Victoria (FvP) - , la banda presidencial de manos de su marido y antecesor, Néstor Kirchner, en un acto trascendental para el pueblo argentino, por tratarse de la primera mujer elegida para asumir la primera magistratura del país, con todo el efecto simbólico que ello generó y que se traslució en el propio discurso de asunción de la Presidente, al expresar “sé que tal vez me cueste más porque soy mujer” .

Cuatro años más tarde, el 10 de diciembre de 2011, se consagraba nuevamente en la presidencia de la Nación, con el 54 % del voto popular, en una ceremonia cargada de emotividad, no sólo por la insólita intervención de su hija (Florencia), en el acto protocolar de colocación de la banda presidencial, sino fundamentalmente, por la remarcada ausencia de “su compañero” Néstor, en un casi sollozante “hoy no es un día fácil para esta Presidenta (sic). Pese a la alegría y la contundencia del voto popular, falta algo y falta alguien” .

En ambas oportunidades, la asunción del mandato coincidió con la conmemoración del Día Internacional de los Derechos Humanos, cuya férrea defensa fue precisamente, -sea por convicción o por estrategia-, uno de los pilares del proyecto político de una “sociedad político-amorosa casi perfecta” (WONRAT, 2005, *apud* WALGER, 2010).

Así, el escenario imperante durante la primera candidatura presidencial de Cristina, le fue favorable. Ya en el año 2005 había logrado erigirse como la figura política con mejor imagen en Argentina, superando incluso a su marido por un par de puntos, por lo cual, -y dado que Néstor no contaba con un genuino apoyo dentro del peronismo-, el rol electoral de la actual Presidente de la Nación, fue ganando protagonismo (FRAGA, 2010). Por aquel entonces, Cristina de Kirchner había logrado posicionarse en el escenario político nacional, como “una legisladora combativa y una mujer independiente que mantenía un matrimonio, y una familia, a una distancia equivalente a la que existe entre Madrid y Moscú”(WALGER, 2010, p.60). Sin bien contaba con una imagen positiva, la entonces Senadora Nacional y candidata presidencial, necesitaba ser percibida como alguien que, en poco tiempo, estaría en condiciones de ejercer un primer mandato, inaugurando con él un nuevo ciclo. “El estilo diplomático vendría a adquirir nuevos visos con Cristina en la Presidencia” (FRAGA, 2010, p.182). Sin embargo, pese a su constante

reivindicación de la abnegada imagen de Eva Perón, la “contracción al trabajo y la confrontación permanente, fueron los principales atributos de la Presidenta (sic) en ejercicio”.(WALGER, 2010, p.68), al tiempo que, la “profundización del modelo económico, de matriz diversificada de acumulación con inclusión social”,sería la consigna del discurso oficial, que aún hoy, se mantiene en pie (BULLRICH, 2011).

En los albores del 2007, -a pesar de algunas dificultades-, el crecimiento económico que devino a la crisis del 2001 ,y la división de una oposición política profundamente debilitada, conformaron el caldo de cultivo para que Cristina, al final de ese mismo año, se consagrara como la “sucesora” de su marido en la presidencia de la Nación. Ello, en el marco de un modelo de “doble comando” en el que, para algunos, el matrimonio Kirchner simplemente rotaría entre sí el protagonismo (RUSSO, 2011), en una suerte de idilio político; mientras que para otros, - los más escépticos-, se trataba de una premeditada estrategia electoral en la que , la conducción seguiría en manos de Néstor, detrás de los telones de una “relación mucho más sórdida, oscura y desnivelada” de lo que la apariencia dejaba entrever (WALGER, 2010, p.69).

El escenario mundial y nacional, de cara a la segunda candidatura presidencial de Cristina, fue totalmente distinto. Su primera gestión había dejado como saldo residual, los coletazos de una serie de hechos desafortunados , -que sorprenda o no-, no lograron lapidar la imagen política de la primera mandataria. Es precisamente este fenómeno lo que llevó a diversas consultoras, - entre ellas Poliarquía- a presumir un supuesto “blindaje” de la figura presidencial. Sin embargo, la lectura que tuvo mayor repercusión, afirmaba que la viudez de Fernández de Kirchner, despertó una fuerte empatía del electorado, que logró mantenerla a distancia de cualquier hecho negativo (MAJUL, 2011). De este modo, lo que parecía difícil y casi imposible cuando la

popularidad de Cristina apenas alcanzaba el 20%, finalmente sobrevino a la muerte de Néstor. La Presidente había logrado reinventarse y convertirse en la protagonista y directora de la obra (SARLO, 2011), en la médula espinal de su propia creación: “el cristinismo”, en donde su familia (fundamentalmente su hijo Máximo) terminó trasmutándose en un aparato político, y en donde el luto logra traslucir, -aún hoy-, una idea de poder solitario y centralizado (SARLO, 2012).

### **Dilma**

En 2010, al final de la segunda vuelta de las elecciones nacionales, Dilma Rousseff fue elegida la primera mujer Presidente de Brasil por el Partido Trabajadores. Fue el resultado final de una campaña electoral, en la que el Presidente Lula presentó la candidata para el país.

Al ser lanzada candidata a Presidente, DilmaRousseff era un nombre nuevo en la política brasileña. Hasta el 2008, la mitad de los brasileños nunca había oído hablar de Dilma Rousseff (48% la desconocían, de acuerdo con encuesta Datafolha hecha en marzo de 2008). Aunque, desde el 2003 ella ocupaba un Ministerio en el Gobierno Lula. Su primera carpeta fue como Ministra de Minas y Energía, de 2003 a 2005, y luego asumió el liderazgo de la Casa Civil, en sustitución a uno de los principales dirigentes de su partido, José Dirceu, quien renunció tras las acusaciones de implicación en el escándalo político más grande que ha enfrentado en el primer mandato del Gobierno Lula, el Mensalão. Por lo tanto, fue sólo con el Programa de Aceleración del Crecimiento (PAC), que la ministra ganó evidencia, llegando en febrero de 2010, dos meses antes de dejar el cargo para ser candidata, con la tasa del 86% del conocimiento.

No sólo Dilma Rousseff era una cosa nueva para la política electoral en Brasil, como la disputa electoral fue una novedad en la vida de la política. Nacida en una familia de clase media en Brasil, formada en escuela tradicional, Dilma se involucró en el movimiento estudiantil contra el régimen militar, llegando a ser arrestada por subversión de 1970 a 1972. En los años 80, con el regreso del sistema multipartidista en Brasil, la política ayuda a formar el Partido Democrático Laborista (PDT) en Rio Grande do Sul. En el 1986 tomó el Departamento de Hacienda, en Porto Alegre y en 1993 asume el Departamento de Energía, Minas y Comunicación del Estado de RS (página de la Presidencia de la República). Con un perfil de gestor muy técnico, nunca se había presentado a una disputa electoral.

En este sentido, la presencia del entonces presidente Lula en la campaña de Dilma Rousseff fue crucial para su éxito. Según la investigación de Datafolha, que tuvo lugar el 24 y el 25 de febrero de 2010, el 42% de la población declaró que el apoyo del presidente Lula a algún candidato en esas elecciones los llevaría a elegir, por supuesto, ese candidato. En un estudio sobre la influencia de Lula en la construcción de la imagen de Dilma Rousseff, Gandin (2012) muestra que durante la propaganda electoral gratuita, la candidata Dilma Rousseff fue presentada como co-autora de las principales acciones del gobierno de Lula, con frecuencia se utilizan expresiones tales como "en el gobierno de Lula y Dilma" y "con Lula y Dilma", en referencia a los programas coordinados como Ministra de Minas y Energía y jefe de la Casa Civil. En este sentido la candidata parece tener la misma visión del mundo, las mismas prioridades del entonces presidente Lula, pasando a los votantes la sensación que con Dilma elegida habría la continuidad del gobierno de Lula. El esfuerzo por unir Dilma y Lula fue una constante en la publicidad:

Lula nasceu pobre, em Pernambuco. E criança veio para São Paulo. Tornou-se líder sindical, foi preso pela ditadura e fundou o PT. Dilma nasceu numa família de classe média de Minas e bem jovem enfrentou e foi presa pela ditadura. Recomeçou a vida no Rio Grande do Sul, casou, tornou-se mãe, economista e tornou-se a primeira mulher a ser secretária de Finanças da prefeitura de Porto Alegre e depois secretária estadual de Minas e Energia. **Um dia, essas histórias se uniram.** Lula se tornou o primeiro operário presidente e Dilma a primeira mulher a ser ministra de Minas e Energia, presidente do conselho de administração da Petrobrás e ministra-chefe da Casa Civil. Lula deu rumo ao Brasil, Dilma coordenou todo o ministério e programas como o PAC, Minha Casa, Minha vida e Luz Para Todos. Lula está encerrando o mandato como o melhor presidente da nossa história. Inovou, rompeu barreiras, mudou o país. Não por acaso quer passar a faixa à primeira mulher presidente do Brasil. (17agoN, reprodução do HGPE, citado em GANDIN, 2012).

Dilma Rousseff es presentada como una gerente, una persona técnica, con seriedad y competencia. Gandin y Panke llaman la atención aún más la asociación de la imagen de Dilma a la de una mujer y madre, sobre todo, la "madre del pueblo", en relación con el "padre del pueblo", Lula..

**agora as mãos de uma mulher / vão nos conduzir / eu sigo com saudade / mas feliz a sorrir. / Pois sei o meu povo ganhou uma mãe / que tem um coração / que vai / do Oiapoque ao Chuí. Deixei em tuas mãos o meu povo.** (reprodução do HEPG, citado em GANDIN, 2012).

Se encontró que había un reflejo de la publicidad política y la imagen de Dilma Rousseff en el electorado. En una encuesta llevada a cabo por los “Estudios Electorales Brasileños” – ESEB/CESOP, que se celebró inmediatamente después de la elección nacional de 2010, se encontró que a pesar de que la candidata sea una mujer y tenga un registro en los movimientos y partidos de izquierda, el sexo (Pearson - 007, Sig. 741) y la auto pronunciación en la escala ideológica (Pearson, 006, Sig. 775) no se correlacionaron con el

agrado a Dilma Rousseff. En el discurso de Dilma como "madre del pueblo", era constatable que – en el momento que antecedía a las elecciones - los (a los menos estudiados les gustaba más Dilma que a los más estudiados (Pearson -. 171, Sig, 000) y los votantes con ingresos más bajos tendían a gustarles más de Dilma Rousseff que aquellos con mayores ingresos (Pearson -. 138, Sig, 000). Pero nada es igual a la reflexión de la apelación de Dilma como una continuación del gobierno de Lula, la fuerza de la correlación entre la evaluación del gobierno de Lula y gustar de la candidata era muy grande (Pearson, 400; Sig, 000) siendo solamente inferior a la fuerza de la correlación entre gustar del PT y gustar de Dilma (Pearson, 646; Sig, 000). Había la expectativa de que Lula se mantendría cerca de Dilma.

Por último, mucho se ha discutido en la prensa nacional sobre el uso de la imagen de Lula en la campaña de Dilma y se llegó a cuestionar la medida en que su intensidad no pondría en peligro la percepción de independencia del candidato. En este sentido, para algunos, había la expectativa de que Lula se mantendría muy cerca del futuro gobierno de Dilma, casi como su garante.

### **Consideraciones finales**

Cristina y Dilma tienen trayectorias políticas muy diferentes hasta llegar a la presidencia en sus respectivos países. Sin embargo, hay una característica que impregna las elecciones de ambas: la idea de clientelismo político del presidente, incluso sugiriendo un "doble comando" en un grado mayor o menor, en los casos de Argentina y Brasil, respectivamente. Esto es, en la primera elección de Cristina, se imaginaba una gran influencia de Néstor en su mandato. En Brasil, existía la creencia de que Lula - "el padre del pueblo" - todavía muy cerca del gobierno de Dilma - "la madre del pueblo". A pesar de la

percepción de la dependencia del Presidente en relación con su predecesor era más importante en Argentina que en Brasil. Desde que Cristina sucedió a su marido Néstor Kirchner y Dilma procedió a su partidario, Lula da Silva. Durante su primer mandato, como se ha señalado, Cristina consiguió reinventarse a sí misma y convertirse en el protagonista de su obra como ha mencionado Sarlo (2011), dando lugar a la reelección. Dilma Rousseff, en su primer mandato, ha ido ganando crecientes tasas de evaluación positiva de su gobierno, ahora con 64%, también según datos de la encuesta Datafolha de abril de 2012. Y poniendo la impresión de una forma muy particular de gobernar, con un estilo enérgico. Para estudiar la construcción de la imagen de estas mujeres en sus gobiernos es otro programa de investigación que se convertirá en urgente tan pronto como la reelección de las mismas se convierta en una constante.

### Referências

- FRAGA, Rosendo. *Fin de ciclo*. Ascenso, apogeo y declinación del poder kirchnerista. Buenos Aires: Ediciones B Argentina, 2010.
- GANDIN, Lucas. Entre imagem e mito – a transferência de ethos de Lula para Dilma na campanha presidencial de 2010, dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação – PPGCom da Universidade Federal do Paraná, 2012.
- LAMADRID, Álvaro. H. *El pingüino emperador: 20 años de poder bruto*. Buenos Aires: Ediciones Pluma y Papel de Goldfinger, 2011.
- PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. Site oficial: <http://www2.planalto.gov.br/>., acessado em 15 de maio de 2012.
- RUSSO, Sandra. *La Presidenta*. Historia de una vida. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2011.
- WALGER, Sylvina. *Cristina*. De legisladora combativa a presidenta fashion. Buenos Aires: Ediciones B Argentina, 2010.

### Artigos em jornais:

- BULLRICH, Lucrecia: *Curiosidades del discurso de Cristina, modelo 2007. Diferencias, rupturas y contextos separados por un abismo*. Consultado em: 13 mai. 2012. Artículo de Diario La Nación. Texto completo disponível no site:  
<http://www.lanacion.com.ar/1430926-cristina-modelo-2007>

MAJUL, Luis: *¿Cristina está blindada?* Publicado em 21 jul. 2011. Consultado em: 13 mai. 2012. Artículo del diario la Nación. Texto completo disponível no site: <http://www.lanacion.com.ar/1391104-cristina-esta-blindada>

SARLO, Beatriz: *Victoriosa autoinvención*. Publicado em 24 out. 2011. Consultado em: 13 mai. 2012. Artículo del diario La Nación. Texto completo disponível no site: <http://www.lanacion.com.ar/1417324-victoriosa-autoinvencion->

SARLO, Beatriz: *La idea del Poder Absoluto*. Publicado em 14 jan. 2012. Consultado em: 13 mai. 2012. Artículo del diario La Nación. Texto completo disponível no site: <http://www.lanacion.com.ar/1440464-la-idea-del-poder-absoluto>

#### **Discursos de Cristina Fernández de Kirchner.**

Asunción del primer mandato. Texto completo disponível no site: <http://www.presidencia.gov.ar/discursos/2940>

Asunción del segundo mandato. Texto completo disponível no site:

<http://www.presidencia.gov.ar/discursos/25601-acto-de-asuncion-de-mando-en-el-congreso-de-la-nacion-discurso-de-la-presidenta-de-la-nacion>

#### **Resultado de pesquisa de opinião e banco de dados**

[http://datafolha.folha.uol.com.br/folha/datafolha/tabs/intvoto\\_pres\\_20032009\\_tb1.pdf](http://datafolha.folha.uol.com.br/folha/datafolha/tabs/intvoto_pres_20032009_tb1.pdf),  
acessado em: 15 mai. 2012.

Estudos Eleitorais Brasileiros – ESEB – CESOP – UNICAMP.

## A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DE CRISTINA KIRCHNER E DE DILMA ROUSSEFF NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

*The construction of image of Cristina Kirchner and Dilma Rousseff in presidential elections*

Eugenia Cecilia Gómez Castañeda

*Centro de Estudos Históricos e Interdisciplinares para as Mulheres (CEHIM/ UNT)*

✉ ceci\_25gc@hotmail.com

Luciana Fernandes Veiga

*Universidade Federal do Paraná (UFPR)*

✉ luciana.veiga@ufpr.br

**Resumo:** *A primeira mulher eleita para o cargo de Presidente da República na América Latina foi Violeta Chamorro na Nicarágua, em 1990. Depois vieram Janet Jagan (Guiana, 1997), Mireya Moscoso (Panamá, 1999), Michelle Bachelet (Chile, 2006), Cristina Kirchner (Argentina, 2007), Laura Chinchilla (Costa Rica, 2010) e Dilma Rousseff (Brasil, 2010). Estudar a tendência crescente de representação das mulheres na esfera política é um tema cada dia mais central para a Ciência Política Latino Americana. Com este texto busca-se uma análise ainda inicial sobre a construção da imagem de duas candidatas – exitosas – em eleições presidenciais na América Latina.*

**Palavras-chaves:** *esfera política; representação; mulheres; imagem, eleições presidenciais.*

**Abstract:** *The first woman elected to the office of President in Latin America was Violeta Chamorro in Nicaragua in 1990. Then came Janet Jagan (Guyana, 1997), Mireya Moscoso (Panama, 1999), Michelle Bachelet (Chile, 2006), Cristina Kirchner (Argentina, 2007), Laura Chinchilla (Costa Rica, 2010) and Dilma Rousseff (Brazil, 2010). Study the growing trend of women's representation in politics is a subject increasingly central to Latin American Political Science. This text seeks to further analysis on the initial construction of the image of two candidates – successful – in presidential elections in Latin America.*

**Key words:** *political sphere; representation; women; image; presidential elections.*

### Cristina

Em 10 de dezembro de 2007, Cristina Fernandez de Kirchner recebia, - pela primeira vez e representando a Frente para a Vitória (FpV) -, a faixa

presidencial das mãos de seu marido e antecessor, Néstor Kirchner, em um evento importante para o povo argentino, por ser a primeira mulher eleita para assumir a presidência do país. O efeito simbólico do momento ficou evidenciado no próprio discurso de posse da Presidente, ao expressar "eu sei que pode custar mais porque sou mulher".

Quatro anos depois, em 10 de dezembro de 2011, Cristina foi empossada novamente para a Presidência do país, depois de eleita com 54% do voto popular, em uma cerimônia cheia de emoção, não só pela intervenção incomum de sua filha (Florença), no ato protocolar de colocar a faixa presidencial, mas, fundamentalmente, pela destacada ausência de seu "companheiro" Nestor (falecido em 27 de outubro de 2010), assim lembrada pela mandatária: "hoje não é um dia fácil para esta Presidenta (*sic*). Apesar da alegria e da força do voto popular, falta algo e falta alguém".

Em ambas as ocasiões, a tomada de posse coincidiu com a comemoração do Dia Internacional dos Direitos Humanos, cujo tema foi precisamente, - seja por convicção ou por estratégia -, um dos pilares do projeto político<sup>5</sup> de uma "sociedade político-amorosa quase perfeita" (WONRAT, 2005, apud. WALGER, 2010).

O cenário predominante no decorrer da disputa presidencial de 2007 foi muito favorável à Cristina. Já em 2005, era a figura política com a melhor imagem na Argentina, superando até mesmo a de seu marido, fato que conduziu a mesma ao papel de protagonista no pleito nacional, juntamente com o dado de que Nestor não contava com apoio genuíno dentro do peronismo ao

---

<sup>5</sup> Ao chegar à Presidência da Nação, Nestor Kirchner pensava em levar a diante o "projeto 4 x 4", através do qual permaneceria no poder, direta ou indiretamente, por dezesseis anos. A equação admitia várias combinações possíveis: 1) dois mandatos de Nestor e dois de Cristina; 2) dois de Nestor e um de Cristina e, em seguida, o últimos de Nestor; 3) o primeiro de Nestor, o segundo de Cristina e os dois últimos de Nestor. Este era o plano, mas devia ser monitorado constantemente, dependendo da conjuntura do momento (LAMADRID, 2011).

seu protagonismo (FRAGA, 2010). Naquela época, Cristina Kirchner havia se estabelecido no cenário político nacional como “uma parlamentar combativa e uma mulher independente, que mantinha um casamento e uma família a uma distância equivalente à que existe entre Madri e Moscou” (WALGER, 2010, p.60). Apesar de contar com uma imagem positiva, a então senadora e candidata presidencial, precisava ser percebida como alguém que, em pouco tempo, seria capaz de exercer o Executivo Nacional, inaugurando com ele um novo ciclo. “O estilo diplomático viria a adquirir novos tons com Cristina na Presidência” (FRAGA, 2010, p.182). No entanto, apesar de sua alegação constante da imagem abnegada de Eva Perón, a “o foco no trabalho e o confronto permanente foram os principais atributos da Presidenta (sic) em exercício” (WALGER, 2010, p.68), enquanto que o “aprofundamento do modelo econômico, de fontes diversificadas de acumulação com inclusão social” seria a palavra de ordem do discurso oficial, que até hoje, ainda se mantém de pé (BULLRICH, 2011).

No início de 2007, apesar de algumas dificuldades, o crescimento econômico que seguiu a crise de 2001 e a fragmentação da oposição, que terminou por ficar profundamente enfraquecida, formaram o terreno fértil para que Cristina, no final desse mesmo ano, se consagrasse como a “sucessora” de seu marido na Presidência da República. Isto, no âmbito de um modelo de “duplo comando”, no qual, para alguns, o casal Kirchner simplesmente rodaria entre si o protagonismo (RUSSO, 2011), em uma espécie de romance político; enquanto que para outros, - os mais céticos -, era uma estratégia eleitoral deliberada na qual a condução seguiria nas mãos de Nestor, por trás das cortinas de uma “relação muito mais sórdida, obscura e irregular” do que a aparência permitia entrever (WALGER, 2010, p. 69). O cenário mundial e nacional, frente à segunda candidatura presidencial de Cristina foi totalmente

diferente. Seu primeiro mandato foi marcado por uma série de eventos infelizes, que - se surpreenda ou não - não danificaram a imagem política da primeira mandatária. É precisamente este fenômeno que levou a vários consultores - entre elas Poliarquia - a supor uma suposta “blindagem” da figura presidencial. No entanto, a leitura que teve maior repercussão, afirmava que a viuvez de Fernández de Kirchner despertou uma forte empatia do eleitorado, que conseguiu mantê-la longe de qualquer fato negativo (MAKHOUL, 2011). Desta forma, o que parecia difícil e quase impossível quando a popularidade de Cristina mal alcançava 20%, finalmente aconteceu com a morte de Nestor. A Presidente tinha logrado reinventar-se e se converteu em protagonista e diretora da peça (SARLO, 2011), na medula espinhal de sua própria criação: “o cristinismo”, onde sua família (principalmente seu filho Máximo) terminou transformando-se em um aparato político, e onde o luto logra transparecer - ainda hoje - uma ideia de poder solitário e centralizado (SARLO, 2012).

## **Dilma**

Em 2010, ao final do segundo turno do pleito nacional, Dilma Rousseff foi eleita a primeira mulher Presidente do Brasil pelo Partido dos Trabalhadores. Era o resultado final de uma campanha eleitoral, em que o Presidente Lula apresentou a candidata ao país.

Ao ser lançada candidata a Presidente, Dilma Rousseff era um nome novo na política brasileira. Até 2008, metade dos brasileiros sequer haviam ouvido falar em Dilma Rousseff (48% a desconheciam de acordo com pesquisa Datafolha, realizada em março de 2008). Ainda que, desde 2003 ocupasse um Ministério no Governo Lula. Sua primeira pasta foi como Ministra das Minas e Energias, de 2003 a 2005, e depois assumiu a chefia da Casa Civil, tendo substituído uma das principais lideranças de seu partido, José Dirceu, que

deixou o cargo após acusações de envolvimento com o maior escândalo político enfrentado pelo Governo Lula em seu primeiro mandato, o Mensalão. Assim, foi apenas com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que a Ministra ganhou evidência, chegando em fevereiro de 2010, dois meses antes de deixar o cargo para se candidatar, tendo como taxa de conhecimento 86%.

Não apenas Dilma Rousseff era uma novidade para a política eleitoral brasileira, como a disputa eleitoral era uma novidade na vida da política. Nascida em uma família de classe média brasileira, formada em escola tradicional, Dilma envolveu-se em movimento estudantil contra o Regime Militar, chegando a ser presa por subversão de 1970 a 1972. Na década de 80, com a volta do multipartidarismo no Brasil, a política ajuda a formar o Partido Democrático Trabalhista (PDT) no Rio Grande do Sul. Em 1986, assume a Secretaria da Fazenda em Porto Alegre e em 1993 assume a Secretaria de Energia, Minas e Comunicação do Estado do RS (site Presidência da República). Com um perfil muito técnico de gestora, jamais se submetera a uma disputa eleitoral.

Nesse sentido, a presença do então Presidente Lula na campanha de Dilma Rousseff foi de suma importância para o êxito da mesma. De acordo com pesquisa Datafolha, realizada em 24 e 25 de fevereiro de 2010, 42% da população afirmava que o apoio do presidente Lula a algum candidato naquelas eleições os levariam a escolher, com certeza, esse candidato. Em estudo sobre a influência de Lula na construção da imagem de Dilma Rousseff, Gandin (2012) aponta que no decorrer da propaganda eleitoral gratuita, a candidata Dilma Rousseff foi apresentada como coautora das principais ações do governo de Lula, sendo utilizadas com recorrência expressões como “no governo de Lula e Dilma” e “com Lula e Dilma”, em menções aos programas coordenados enquanto ministra de Minas e Energia e ministra-chefe da Casa Civil. Neste

sentido a candidata aparece como tendo a mesma visão de mundo, as mesmas prioridades do então Presidente Lula, passando para o eleitor a sensação de que com Dilma eleita haveria a continuidade do governo Lula. O esforço de unir Dilma e Lula foi uma constante na propaganda:

Lula nasceu pobre, em Pernambuco. E criança veio para São Paulo. Tornou-se líder sindical, foi preso pela ditadura e fundou o PT. Dilma nasceu numa família de classe média de Minas e bem jovem enfrentou e foi presa pela ditadura. Recomeçou a vida no Rio Grande do Sul, casou, tornou-se mãe, economista e tornou-se a primeira mulher a ser secretária de Finanças da prefeitura de Porto Alegre e depois secretária estadual de Minas e Energia. **Um dia, essas histórias se uniram.** Lula se tornou o primeiro operário presidente e Dilma a primeira mulher a ser ministra de Minas e Energia, presidente do conselho de administração da Petrobrás e ministra-chefe da Casa Civil. Lula deu rumo ao Brasil, Dilma coordenou todo o ministério e programas como o PAC, Minha Casa, Minha vida e Luz Para Todos. Lula está encerrando o mandato como o melhor presidente da nossa história. Inovou, rompeu barreiras, mudou o país. Não por acaso quer passar a faixa à primeira mulher presidente do Brasil. (17agoN, reprodução do HGPE, citado em GANDIN, 2012).

Dilma Rousseff é apresentada como gestora, uma pessoa técnica, com seriedade e competência. Gandin e Panke chamam a atenção ainda para a associação de imagem de Dilma a de mulher e de mãe, particularmente, a de “mãe do povo” em conjugação à de “pai do povo”, Lula.

**agora as mãos de uma mulher / vão nos conduzir / eu sigo com saudade / mas feliz a sorrir. / Pois sei o meu povo ganhou uma mãe / que tem um coração / que vai / do Oiapoque ao Chuí. Deixei em tuas mãos o meu povo.** (reprodução do HEPG, citado em GANDIN, 2012).

Verifica-se que havia um reflexo entre a propaganda eleitoral e a imagem de Dilma Rousseff no eleitorado. Em pesquisa realizada pelo “Estudos

Eleitorais Brasileiros” – ESEB\CESOP, em campo imediatamente depois do pleito nacional de 2010, foi possível identificar que a despeito da candidata ser mulher e ter uma trajetória de luta nos movimentos e partidos de esquerda, o sexo (Pearson -,007, Sig. ,741) e a auto localização na escala ideológica (Pearson ,006, Sig. 775) não estavam correlacionadas com o gostar de Dilma Rousseff. Já no que tange ao discurso de Dilma enquanto “mãe do povo”, era constatável que – no momento que procedia ao pleito - os menos estudados tendiam a gostar mais de Dilma do os mais estudados (Pearson -,171, Sig. ,000) e os eleitores com menos renda tendiam a gostar mais de Dilma Rousseff do que os com mais renda (Pearson -,138, Sig. ,000). Mas nada se equipara ao reflexo do apelo de Dilma como uma continuidade do governo Lula, a força da correlação entre avaliação do governo Lula e gostar da candidata era grande (Pearson ,400; Sig.,000) só sendo inferior à força da correlação entre gostar do PT e gostar de Dilma (Pearson ,646; Sig. ,000).

Por fim, muito foi discutido na imprensa nacional sobre o uso da imagem de Lula na campanha de Dilma e se chegou a questionar até que ponto a intensidade do mesmo não estaria comprometendo a percepção da autonomia da candidata. Neste sentido, para alguns, havia a expectativa de que Lula permaneceria muito próximo do futuro governo Dilma, quase como seu garantidor.

### **Considerações finais**

Cristina e Dilma apresentam trajetórias políticas muito distintas até serem conduzidas à Presidência da República em seus países. No entanto, há uma característica que permeia as eleições de ambas: a ideia do apadrinhamento político do então presidente, sugerindo inclusive um “doble comando”, em

maior ou menor grau, para os casos da Argentina e Brasil, respectivamente. Isto é, na primeira eleição de Cristina, se imaginava que Nestor influenciaria muito o seu mandato. No Brasil, também havia a crença de que Lula – “o pai do povo” – continuaria muito próximo do governo de Dilma – “a mãe do povo”. Ainda que a percepção de dependência da Presidente em relação ao seu antecessor fosse mais significativa na Argentina do que no Brasil. Dado que Cristina sucedeu seu marido, Nestor de Kirchner, e Dilma procedeu a seu partidário, Lula da Silva. No decorrer de seu primeiro mandato, como foi visto, Cristina obteve sucesso em se reinventar e converter-se à protagonista de sua obra como mencionou Sarlo (2011), levando a mesma à reeleição. Dilma Rousseff, em seu primeiro governo, vem obtendo taxas crescentes de avaliação positiva de seu governo, agora com 64%, também de acordo com dados de pesquisa Datafolha de abril de 2012. E imprimindo um jeito muito próprio de governar, com um estilo firme e austero. Estudar a construção da imagem destas mulheres em seus governos é outra pauta de pesquisa que se tornará urgente tão logo a reeleição das mesmas se torne uma constante.

\*Tradução: Camila Tribess (Universidade Federal do Paraná - UFPR)

### Referências

- FRAGA, Rosendo. *Fin de ciclo. Ascenso, apogeo y declinación del poder kirchnerista*. Buenos Aires: Ediciones B Argentina, 2010.
- GANDIN, Lucas. Entre imagem e mito – a transferência de ethos de Lula para Dilma na campanha presidencial de 2010, dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação – PPGCom da Universidade Federal do Paraná, 2012.
- LAMADRID, Álvaro. H. *El pingüino emperador: 20 años de poder bruto*. Buenos Aires: Ediciones Pluma y Papel de Goldfinger, 2011.
- PRESIDENCIA DA REPÚBLICA. Site oficial: <http://www2.planalto.gov.br/>., acessado em 15 de maio de 2012.

RUSSO, Sandra. *La Presidenta*. Historia de una vida. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2011.

WALGER, Sylvina. *Cristina*. De legisladora combativa a presidenta fashion. Buenos Aires: Ediciones B Argentina, 2010.

#### **Artigos em jornais:**

BULLRICH, Lucrecia: *Curiosidades del discurso de Cristina, modelo 2007. Diferencias, rupturas y contextos separados por un abismo*. Consultado em: 13 mai. 2012. Artículo de Diario La Nación. Texto completo disponível no site:

<http://www.lanacion.com.ar/1430926-cristina-modelo-2007>

MAJUL, Luis: *¿Cristina está blindada?* Publicado em 21 jul. 2011. Consultado em: 13 mai. 2012. Artículo del diario la Nación. Texto completo disponível no site:

<http://www.lanacion.com.ar/1391104-cristina-esta-blindada>

SARLO, Beatriz: *Victoriosa autoinvención*. Publicado em 24 out. 2011. Consultado em: 13 mai. 2012. Artículo del diario La Nación. Texto completo disponível no site:

<http://www.lanacion.com.ar/1417324-victoriosa-autoinvencion->

SARLO, Beatriz: *La idea del Poder Absoluto*. Publicado em 14 jan. 2012. Consultado em: 13 mai. 2012. Artículo del diario La Nación. Texto completo disponível no site:

<http://www.lanacion.com.ar/1440464-la-idea-del-poder-absoluto>

#### **Discursos de Cristina Fernández de Kirchner.**

Asunción del primer mandato. Texto completo disponível no site:  
<http://www.presidencia.gov.ar/discursos/2940>

Asunción del segundo mandato. Texto completo disponível no site:

<http://www.presidencia.gov.ar/discursos/25601-acto-de-asuncion-de-mando-en-el-congreso-de-la-nacion-discurso-de-la-presidenta-de-la-nacion>

#### **Resultado de pesquisa de opinião e banco de dados**

[http://datafolha.folha.uol.com.br/folha/datafolha/tabs/intvoto\\_pres\\_20032009\\_tb1.pdf](http://datafolha.folha.uol.com.br/folha/datafolha/tabs/intvoto_pres_20032009_tb1.pdf),  
acessado em: 15 mai. 2012.

Estudos Eleitorais Brasileiros – ESEB – CESOP – UNICAMP.

# MÉXICO ELECCIONES 2012: ¿EL REGRESO DEL PRI?

Yadira Raquel Pacheco Avilez

Facultad de Ciencias Políticas y Sociales (FCPyS/UNAM)

✉ raquelymx@hotmail.com

**Resumen:** Este trabajo se divide en tres apartados, en el primero se analiza la fuerza electoral del PRI a nivel nacional, en específico el lugar que ocupó en la Cámara de Diputados y de Senadores en estos doce años. En la segunda parte se revisa el comportamiento electoral del PRI a nivel estatal, para ver si el impacto de la alternancia a nivel federal repercutió a nivel local. Por último, se presentan algunas reflexiones sobre el proceso democrático en México después de la transición.

**Palabras-chaves:** força eleitoral; comportamento eleitoral; processo democrático.

## Introducción

El próximo 1 de julio de 2012 se llevarán a cabo comicios en México para elegir presidente de la república, 128 senadores y 500 diputados federales. A nivel local también se realizarán comicios en 15 estados de la república, prácticamente en la mitad del país habrá elecciones. En seis estados se elegirán gobernadores, diputados locales y alcaldes municipales (Chiapas, Guanajuato, Jalisco, Morelos, Yucatán y Tabasco); en ocho estados sólo se votará por diputados locales y alcaldes municipales (Campeche, Colima, Guerrero, Estado de México, Nuevo León, Querétaro, San Luis Potosí y Sonora); finalmente, en el Distrito Federal se llevarán a cabo comicios para Jefe de Gobierno, Asambleístas locales y Jefes delegacionales.

Hace doce años que el otrora partido hegemónico que gobernó por 70 años, el Partido de la Revolución Institucional (PRI), perdió la presidencia ante el Partido Acción Nacional (PAN), en el 2000. En ese momento se anunció el triunfo no sólo de la oposición que compitió bajo reglas más equitativas sino también se habló del proceso exitoso de transición a la democracia, llevado a cabo de forma gradual, pacífica y negociada entre las diversas fuerzas políticas, sociales y económicas del país.

A unos meses de las elecciones los sondeos de opinión evidencian la ventaja considerable del candidato Enrique Peña Nieto del PRI, seis de las principales casas encuestadoras le dan una amplia ventaja al candidato priista, la mayoría por aproximadamente veinte puntos porcentuales por arriba de sus competidores. De confirmarse esta tendencia representaría el regreso a la presidencia del que por años fue considerado el partido oficial, alcanzando el triunfo de forma contundente.

**Tabla 1- Intención de voto en las elecciones presidenciales de 2012 en México**

<b>INSTITUTO DE PESQUISA</b>	 <b>Josefina Vázquez Mota</b>	 <b>Enrique Peña Nieto</b>	 <b>Andrés Manuel López Obrador</b>	 <b>Gabriel Quadri de la Torre</b>
Demotecnia	31%	37%	25%	1%
Milenio GEA-ISA	28.3%	45.3%	25%	1.4%
Parametría	26%	49%	24%	1%
BGC-Ulises Beltrán	28%	47%	23%	2%
Mitofsky	28%	48%	23%	1%
El Universal	22.9%	54.3%	21.4%	1.4%

Fuente: Elaboración propia, datos obtenidos en páginas electrónicas de las encuestadoras.

Ante este escenario surgen una serie de cuestionamientos, la derrota del PRI en el 2000 realmente representó una disminución de su fuerza electoral; qué sucedió en México en lo que respecta al comportamiento electoral en estos doce años, que han abierto nuevamente la posibilidad del triunfo del PRI; y el

regreso del otrora partido oficial representaría un retroceso democrático o un paso más para la consolidación de la democracia en México.

### **Y el PRI seguía ahí...**

Después de que el Instituto Federal Electoral anunciara el 2 de julio de 2000 el triunfo del candidato Vicente Fox Quesada del PAN a la presidencia de la república, se pensó que la era del PRI había llegado a su fin. Sin embargo, el considerado partido oficial que había gobernado México por casi 70 años, no sólo no desapareció, ni enfrentó una debacle electoral como la que se había pensado. Por el contrario, mantuvo su posición como primera fuerza electoral en el Poder Legislativo, tanto en la Cámara de Diputados como en la de Senadores.

En los dos periodos legislativos que abarcaron el gobierno de Vicente Fox, el PRI se colocó como primera fuerza política en la Cámara de Diputados, si bien por sí solo no tenía la capacidad para realizar reformas constitucionales, si obligaba a los demás partidos, en específico al partido en el gobierno, a negociar para la aprobación de leyes. Al no cumplirse las promesas que impulsaron el cambio de partido en el gobierno federal, después de tres años de gobierno panista llegó el desencanto de la ciudadanía, que se evidenció en la conformación de la segunda legislatura del gobierno de Fox. El PRI mantuvo su posición como fuerza predominante ante la pérdida de escaños que tuvo el PAN, en este periodo el mayor beneficiado con la caída panista fue el Partido de la Revolución Democrática.

El ascenso del PRD se fortalecería en 2006 al tener la posibilidad real de obtener la presidencia de la república con el candidato Andrés Manuel López Obrador, quien en una contienda sumamente cerrada y controvertida perdió frente al candidato del PAN, Felipe Calderón Hinojosa. Este proceso electoral

fue cuestionado, ya que se acusó a la autoridad electoral de no haber garantizado las condiciones de equidad e imparcialidad en la contienda, lo cual disminuiría la confianza en el IFE que apenas seis años atrás había sido reconocido como el garante de la transición democrática en México.

**Tabla 2 - Número de escaños por partido - Representantes y Senadores (2000 - 2012)**

PARTIDO	CÂMARA DOS DEPUTADOS				PARTIDO	SENADO	
	2000-2003	2003-2006	2006-2009	2009-2012		2000-2006	2006-2012
<b>PRI</b>	211	222	103	237	<b>PRI</b>	60	33
<b>PAN</b>	206	151	206	143	<b>PAN</b>	46	52
<b>PRD</b>	50	96	127	71	<b>PRD</b>	15	29
<b>PT</b>	7	5	16	22	<b>PT</b>	1	2
<b>PVEM</b>	17	17	18	13	<b>PVEM</b>	5	6
<b>Convergencia</b>	4	5	17	6	<b>Convergencia</b>	1	5
<b>PSN</b>	3				<b>PNA</b>		1
<b>PAS</b>	2						
<b>PNA</b>			9	8			
<b>PASC</b>			4				

Fuente: Elaboración propia, datos obtenidos del Instituto Federal Electoral.

Si bien, en la primera legislatura del gobierno de Felipe Calderón, su partido el PAN, se posicionó como primera fuerza electoral en la Cámara de Diputados, por sí solo no contaba con la capacidad para la aprobación de leyes de gran envergadura, se veía forzado a negociar tanto con el PRI como con el PRD, si es que quería llevar a cabo alguna reforma constitucional. Para el segundo periodo legislativo, vemos que el PRI recupera la primera posición, por un lado, debido a la desaprobación de la ciudadanía por la movilización que organizó el PRD y su candidato en protesta por el robo de la elección que consideraban habían sido víctimas, tomando por varios meses el zócalo capitalino y obstruyendo una de sus principales avenidas. Por otro lado, el repunte del PRI viene en relación con la caída del PAN, que fue castigado por la ciudadanía como consecuencia del incremento de la violencia e inseguridad

en el país, producto de la guerra que el presidente Calderón enfrenta con las fuerzas del crimen organizado, específicamente contra el narcotráfico.

En lo que respecta al Senado vemos que en el sexenio de Vicente Fox, el PRI también se mantuvo como primera fuerza política, lo cual reforzó la necesidad del PAN en generar alianzas y negociaciones con el otrora partido oficial para poder destrabar el trabajo legislativo en ambas Cámaras. Al igual que sucedió en la integración de la Cámara de Diputados en el 2006, los resultados para el Senado reflejaron la confrontación entre PAN y PRD por la presidencia de la república, de ahí que ambos partidos hayan registrado un considerable incremento, mientras que el PRI al no contar con una presencia fuerte de su candidato presidencial no logró impulsar el voto para sus senadores. No obstante a ello, siguió manteniendo una posición importante en el Senado pues sin sus votos no era posible llevar a cabo reformas estructurales.

### **México se pinta de verde**

Las pautas de la transición mexicana distan mucho de ser un proceso homogéneo, pues en estos doce años en los que en la presidencia ha gobernado un partido distinto al PRI, encontramos que a nivel local veintidós<sup>6</sup> de las entidades que integran el país tuvieron un proceso de alternancia, mientras que en diez<sup>7</sup> han mantenido un gobierno priista por casi 80 años, siendo muestra de enclaves autoritarios en los que se sigue observando la persistencia de prácticas hegemónicas, estas localidades representan el 33.9% de la población del país. Cabe destacar, que este tipo de prácticas clientelares no son exclusivas del PRI, pues se ha hecho evidente que en estados gobernados por el PAN y el

---

<sup>6</sup> Aguascalientes, Baja California, Baja California Sur, Chihuahua, Chiapas, Distrito Federal, Guanajuato, Guerrero, Jalisco, Michoacán, Morelos, Nayarit, Nuevo León, Puebla, Oaxaca, Querétaro, San Luis Potosí, Sinaloa, Sonora, Tlaxcala, Yucatán y Zacatecas.

<sup>7</sup> Campeche, Coahuila, Colima, Durango, Hidalgo, Estado de México, Quintana Roo, Tabasco, Tamaulipas y Veracruz.

PRD también se utilizan los recursos públicos y los programas sociales para promover y garantizar el voto de sus candidatos, en algunos casos con éxito y en otros no.

**Tabla 3 - Los resultados de la elección para gobernador de Estado, México (2000, 2006 y 2012)**

<b>ESTADO</b>	<b>2000</b>	<b>2006</b>	<b>2012</b>	<b>ESTADO</b>	<b>2000</b>	<b>2006</b>	<b>2012</b>
<b>Aguascalientes</b>	PAN	PAN	PRI	<b>Morelos</b>	PAN	PAN	PAN
<b>Baja California</b>	PAN	PAN	PAN	<b>Nayarit</b>	PAN	PRI	PRI
<b>Baja California Sur</b>	PRD	PRD	PAN	<b>Nuevo León</b>	PAN	PRI	PRI
<b>Campeche</b>	PRI	PRI	PRI	<b>Puebla</b>	PRI	PRI	Coalizão PAN-PRD
<b>Chihuahua</b>	PRI	PRI	PRI	<b>Oaxaca</b>	PRI	PRI	Coalizão PAN-PRD
<b>Chiapas</b>	Coalizão o PAN-PRD	PRD	PRD	<b>Querétaro</b>	PAN	PAN	PRI
<b>Coahuila</b>	PRI	PRI	PRI	<b>Quintana Roo</b>	PRI	PRI	PRI
<b>Colima</b>	PRI	PRI	PRI	<b>San Luis Potosí</b>	PRI	PAN	PRI
<b>Distrito Federal</b>	PRD	PRD	PRD	<b>Sinaloa</b>	PRI	PRI	Coalizão PAN-PRD
<b>Durango</b>	PRI	PRI	PRI	<b>Sonora</b>	PRI	PRI	PAN
<b>Guanajuato</b>	PAN	PAN	PAN	<b>Tabasco</b>	PRI	PRI	PRI
<b>Guerrero</b>	PRI	PRD	PRD	<b>Tamaulipas</b>	PRI	PRI	PRI
<b>Hidalgo</b>	PRI	PRI	PRI	<b>Tlaxcala</b>	PRD	PAN	PRI
<b>Jalisco</b>	PAN	PAN	PAN	<b>Veracruz</b>	PRI	PRI	PRI
<b>Estado de México</b>	PRI	PRI	PRI	<b>Yucatán</b>	PRI	PAN	PRI
<b>Michoacán</b>	PRI	PRD	PRI				

Fuente: Elaboración propia, datos obtenidos de los Institutos Estatales Electorales.

El hecho de que en estas diez entidades no haya existido alternancia política ha cuestionado el proceso de transición en México. No obstante, hay

que reconocer que la ausencia de alternancia en estos gobiernos locales más que calificar un proceso de transición, lo que nos permite identificar es la calidad democrática del país, en función de las posibilidades de renovación de la representación política. Lo que es cierto, es que a pesar de los intentos de los diversos institutos estatales electorales por establecer reglas de competencia equitativas para las diversas fuerzas políticas, siguen prevaleciendo antiguas prácticas clientelares, de compra y coacción del voto, pero lo que también hay que reconocer es que en estas entidades que no han cambiado al gobierno priista existe cierto grado de aceptación, reconocimiento y aprobación al PRI por parte de la ciudadanía, un hecho que se debe también a los mínimos resultados y la deficiente organización político-electoral de los partidos de oposición.

Respecto del comportamiento electoral en las gubernaturas encontramos que en estos doce años pos-transición a la democracia en México, en once de las entidades se muestra un predominio del PRI, en cuatro de los estados predominio del PAN y en una entidad del PRD. También resalta que en tres de los estados fueron coaliciones PAN-PRD las que lograron terminar con la hegemonía del PRI, que había mantenido en las entidades de Puebla, Oaxaca y Sinaloa. Finalmente de cara a la elección presidencial de julio de 2012, vemos que el escenario político-electoral a nivel local muestra un claro predominio del PRI al ser gobierno en veinte estados de la república, que representan al 55.08% de la población del país. Mientras que el PAN sólo gobierna en seis entidades al 18.75% de la población, el PRD en tres estados que corresponde al 15.16% de la población y en los tres restantes gobierna la coalición PAN-PRD al 10.99% de la población.

### **¿Consolidación o retroceso democrático?**

El probable regreso del PRI a la presidencia de la república ha sido manejado por los otros partidos, algunos analistas y comunicadores como la vía hacia el retroceso democrático para el país. Pero cómo podemos sostener esta afirmación cuando vemos que México ha logrado a través de un largo proceso de reformas electorales, de 1977 al 2007 se han realizado siete cambios en la legislación electoral, para garantizar comicios equitativos, transparentes y confiables, además la vuelta del PRI, en caso de concretarse, sería después de doce años de gobiernos panistas. Si bien, la pasada elección presidencial en el 2006 fue cuestionada es importante destacar que el triunfo no fue del PRI, por lo que lo exime de haber hecho fraude en esta elección, además de que dicho fraude no se logró comprobar de forma contundente.

Si tomamos como referencia de este retroceso democrático la falta de alternancia a nivel local en diez entidades, tampoco es sostenible del todo, debido a que en más de la mitad de los estados que integran la república mexicana ha gobernado un partido distinto al PRI, y como ya se mencionó, en las entidades que por más de 80 años el PRI ha sido gobierno en buena parte se debe a la ineficiencia de los partidos de oposición para representar una plataforma política que atraiga a la ciudadanía y les otorgue su voto. Esto por supuesto se acompaña de las prácticas clientelares que ya forman parte de la cultura política del país, pero como se dijo no es exclusiva del priismo. Sin embargo, es este partido el que mejor saber hacer uso de todos los recursos con los que cuenta para triunfar en las elecciones, muestra de ello es que actualmente gobierna en 20 estados de la república y ha logrado posicionar a su candidato presidencial muy por encima de los otros contendientes.

También tenemos que tomar en cuenta que en estos doce años el comportamiento electoral pos-transición a nivel federal ha mantenido al PRI en las primeras posiciones tanto en la Cámara de Diputados como en la de Senadores, si bien perdió las dos elecciones presidenciales frente al PAN, el PRI ha seguido manteniendo altos índices de votación lo que le ha permitido ser la primer fuerza política en el Poder Legislativo. Todo esto lo ha logrado en condiciones democráticas, a través de elecciones razonablemente limpias, equitativas, lo cual evidencia el alto grado de aceptación ciudadana con la que cuenta. Por lo que en este momento cabría preguntarse, por qué los ciudadanos mexicanos siguen refrendando su apoyo al PRI tanto a nivel federal como local, pues no olvidemos que es el voto ciudadano el que define en última instancia la alternancia o no. Además si la alternancia no se produce también debe atribuirse a la ineficacia de los competidores de la oposición, y no precisamente a las reglas del juego.

El debate sobre el retroceso democrático, tiene que ver más con un proceso inacabado de consolidación democrática que trae consigo el tema sobre la calidad de la democracia con la que cuenta México. En este sentido, el que se cuente con procesos electorales confiables, transparentes y equitativos es un paso, pero lo que hace falta por concretar para hablar de una democracia con calidad es que las demandas de los ciudadanos tengan espacios para hacerse escuchar y además que éstas sean resueltas de forma favorable, pues de nada serviría sólo darles voz sin respuesta.

En el caso de México encontramos que aún falta mucho por avanzar, debido a que se siguen reproduciendo prácticas clientelares, elecciones de Estado a nivel local, en las que los partidos que gobiernan siguen utilizando las instituciones, los recursos públicos y los programas sociales para ganar las elecciones. Ante ello, es necesario para avanzar en la consolidación democrática

que los procesos al interior de los partidos también se democratizen a través de procesos transparentes y de rendición de cuentas. Pero sin duda el reto más grande para alcanzar una mayor calidad democrática en el país es que la ciudadanía renuncie a su pasividad y a la resignación de tener malos políticos, y se convierta en una ciudadanía más crítica, exigente y renuente a aceptar prebendas de los partidos políticos, para que así los ciudadanos se reconozcan como poseedores de la fuerza que lleva a los partidos y sus candidatos al gobierno.

## MÉXICO, ELEIÇÕES 2012: A VOLTA DO PRI?

*Mexico, 2012 election: The return of PRI?*

Yadira Raquel Pacheco Avilez

*Facultad de Ciencias Políticas y Sociales (FCPyS/UNAM)*

✉ raquelymx@hotmail.com

**Resumo:** *Este trabalho se divide em três partes, na primeira analisa-se a força eleitoral do PRI em nível nacional, mais especificamente o lugar que ocupou na Câmara de Deputados e de Senadores nestes últimos doze anos. Na segunda parte, revisa-se o comportamento eleitoral do PRI em nível estadual, para ver se o impacto da alternância em nível federal repercutiu em nível local. Por último, apresentam-se algumas reflexões sobre o processo democrático no México depois da transição.*

**Palavras-chaves:** *força eleitoral; comportamento eleitoral; processo democrático.*

**Abstract:** *This work is divided in three parts, the first analyzes the electoral strength of the PRI at the national level, more specifically the place it occupied in the House of Representatives and Senators in the last twelve years. In the second part, reviews the electoral behavior of the PRI in the state level, to see if the impact of alternation at the federal level reflected at the local level. Finally, presents some reflections about the democratic process in Mexico after the transition.*

**Key words:** *electoral strength; electoral behavior; democratic process.*

### Introdução

No próximo 1º de julho de 2012 acontecerão eleições no México para eleger o presidente da República, 128 senadores e 500 deputados federais. Em nível local também se realizarão pleitos em 15 estados da República, em praticamente metade do país haverá eleições. Em seis estados se elegerão governadores, deputados locais e prefeitos (Chiapas, Guanajuato, Jalisco, Morelos, Yucatán e Tabasco); em oito estados só se votará em deputados locais e prefeitos (Campeche, Colima, Guerrero, Estado de México, Nuevo León,

Querétaro, San Luís Potosí e Sonora); finalmente, no Distrito Federal acontecerão eleições para Chefe de Governo, Assembleias locais e chefes delegados.

Há doze anos que, o outrora partido hegemônico que governou por 70 anos – o Partido da Revolução Institucional (PRI), perdeu a presidência para o Partido Ação Nacional (PAN). Nesse momento se anunciou o triunfo não apenas da oposição, que competiu sob regras mais equitativas, como também se falou em um processo exitoso de transição para a democracia, levado a cabo de forma gradual, pacífica e negociada entre as diversas forças políticas, sociais e econômicas do país.

Há alguns meses das eleições, as pesquisas de opinião evidenciam a vantagem considerável do candidato Enrique Peña Nieto, do PRI. Seis dos principais institutos de pesquisas atribuem uma ampla vantagem ao candidato *priista*, a maioria por aproximadamente 20 pontos percentuais a mais que seus concorrentes. Se essa tendência se confirmar, representará o regresso à presidência do que por anos foi considerado o “partido oficial”, alcançando o triunfo de forma contundente.

Tabela 1 – Intenção de voto para as eleições presidenciais de 2012 no México

INSTITUTO DE PESQUISA	 Josefina Vázquez Mota	 Enrique Peña Nieto	 Andrés Manuel López Obrador	 Gabriel Quadri de la Torre
Demotecnia	31%	37%	25%	1%
Milenio GEA-ISA	28.3%	45.3%	25%	1.4%
Parametría	26%	49%	24%	1%
BGC-Ulises Beltrán	28%	47%	23%	2%
Mitofsky	28%	48%	23%	1%
El Universal	22.9%	54.3%	21.4%	1.4%

Fonte: Elaboração própria. Dados obtidos nas páginas eletrônicas dos institutos de pesquisa.

Ante esse cenário, surge uma série de questionamentos. A derrota do PRI no ano 2000 realmente representou uma diminuição de sua força eleitoral? O que aconteceu no México no que diz respeito ao comportamento eleitoral nesses doze anos, que abriu novamente a possibilidade do triunfo do PRI? E a volta do outrora partido oficial representaria um retrocesso democrático ou um passo a mais para a consolidação da democracia no México?

### **E o PRI continuava ali...**

Depois que o Instituto Federal Eleitoral anunciara, em 2 de julho de 2000, a vitória do candidato Vicente Fox Quesada, do PAN, para a presidência da República, pensou-se que a era do PRI havia chegado ao fim. No entanto, o considerado partido oficial, que havia governado o México por quase 70 anos, não apenas não desapareceu, mas sequer enfrentou uma derrocada eleitoral como se havia pensado. Pelo contrário, manteve sua posição como primeira força eleitoral no Poder Legislativo, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado.

Nos dois períodos legislativos que abarcaram o governo de Vicente Fox, o PRI se colocou como primeira força política na Câmara dos Deputados, apesar de sozinho não ter capacidade para realizar reformas constitucionais, obrigava os demais partidos, em especial o partido do governo, a negociar para a aprovação de leis. Ao não se cumprirem as promessas que impulsionaram a mudança de partido no Governo Federal, depois de três anos de governo *panista*, chegou o desencanto dos cidadãos, que se evidenciou na conformação da segunda legislatura do governo de Fox. O PRI manteve sua posição como força predominante ante a perda de espaço que sofreu o PAN, neste período o maior beneficiado com a queda *panista* foi o Partido da Revolução Democrática (PRD).

O crescimento do PRD se fortaleceria em 2006 ao ter a possibilidade real de obter a presidência da República com o candidato Andrés Manuel López Obrador, que em uma disputa muito acirrada e controversa perdeu para o candidato do PAN, Felipe Calderón Hinojosa. Este processo eleitoral foi questionado, acusou-se a autoridade eleitoral de não ter garantido as condições de equidade e imparcialidade na disputa, o que diminuiria a confiança no IFE (Instituto Federal Eleitoral), que apenas seis anos atrás havia sido reconhecido como o garantidor da transição democrática no México.

**Tabela 2 - Número de cadeiras por partido - deputados e senadores (2000 – 2012)**

PARTIDO	CÂMARA DOS DEPUTADOS				PARTIDO	SENADO	
	2000-2003	2003-2006	2006-2009	2009-2012		2000-2006	2006-2012
<b>PRI</b>	211	222	103	237	<b>PRI</b>	60	33
<b>PAN</b>	206	151	206	143	<b>PAN</b>	46	52
<b>PRD</b>	50	96	127	71	<b>PRD</b>	15	29
<b>PT</b>	7	5	16	22	<b>PT</b>	1	2
<b>PVEM</b>	17	17	18	13	<b>PVEM</b>	5	6
<b>Convergência</b>	4	5	17	6	<b>Convergência</b>	1	5
<b>PSN</b>	3				<b>PNA</b>		1
<b>PAS</b>	2						
<b>PNA</b>			9	8			
<b>PASC</b>			4				

Fonte: Elaboração própria. Dados obtidos do Instituto Federal Eleitoral.

Apesar de que na primeira legislatura do governo de Felipe Calderón, seu partido, o PAN, se posicionou como primeira força eleitoral na Câmara de Deputados, por si só não contava com a capacidade para a aprovação de leis de grande envergadura, se via assim forçado a negociar, tanto com o PRI como com o PRD, se queria levar a cabo alguma reforma constitucional. Para o segundo período legislativo, vemos que o PRI recupera a primeira posição, por um lado, devido à desaprovação dos cidadãos pela mobilização que organizou o PRD e seu candidato em protesto pela suposta fraude eleitoral, que

consideravam terem sido vítimas, tomando por vários meses a praça central da Capital Federal e obstruindo uma de suas principais avenidas. Por outro lado, a nova ascensão do PRI vem relacionada com a queda do PAN, que foi castigado pelos cidadãos como consequência do incremento da violência e insegurança no país, produto da guerra que o presidente Calderón enfrenta com as forças do crime organizado, especificamente contra o narcotráfico.

No que diz respeito ao Senado, vemos que nos seis anos de governo de Vicente Fox, o PRI também se manteve como primeira força política, o que reforçou a necessidade do PAN em gerar alianças e negociações com o antigo partido oficial para poder destravar o trabalho legislativo em ambas as Câmaras. O mesmo aconteceu na integração da Câmara dos Deputados em 2006, os resultados para o Senado refletiram a confrontação entre PAN e PRD pela presidência da República, assim, ambos partidos haviam registrado um considerável crescimento, enquanto que o PRI, ao não contar com uma presença forte de seu candidato presidencial, não agregou voto para seus senadores. Não obstante, seguiu mantendo uma posição importante no Senado, pois sem seus votos, não era possível fazer reformas estruturais.

### **O México se pinta de verde**

As pautas da transição mexicana se distanciam muito de serem um processo homogêneo, pois nestes doze anos em que o país foi governado por um partido que não o PRI encontramos, no nível local, 22<sup>8</sup> entidades que tiveram um processo de alternância partidária, enquanto que em dez<sup>9</sup> se manteve um governo *priista* por quase 80 anos, sendo evidência de entraves

---

<sup>8</sup> Aguascalientes, Baja California, Baja California Sur, Chihuahua, Chiapas, Distrito Federal, Guanajuato, Guerrero, Jalisco, Michoacán, Morelos, Nayarit, Nuevo León, Puebla, Oaxaca, Querétaro, San Luis Potosí, Sinaloa, Sonora, Tlaxcala, Yucatán y Zacatecas.

<sup>9</sup> Campeche, Coahuila, Colima, Durango, Hidalgo, Estado de México, Quintana Roo, Tabasco, Tamaulipas y Veracruz.

autoritários, em que se segue observando a persistência de práticas hegemônicas. Estas localidades representam 33.9% da população do país. Cabe destacar que este tipo de prática clientelista não é exclusividade do PRI, pois se tornou evidente que nos estados governados pelo PAN e pelo PRD também se utilizam os recursos públicos e os programas sociais para promover e garantir o voto em seus candidatos, em alguns casos com êxito e em outros não.

**Tabela 3 – Resultado das eleições para governador por Estado, México (2000, 2006 e 2012)**

<b>ESTADO</b>	<b>2000</b>	<b>2006</b>	<b>2012</b>	<b>ESTADO</b>	<b>2000</b>	<b>2006</b>	<b>2012</b>
<b>Aguascalientes</b>	PAN	PAN	PRI	<b>Morelos</b>	PAN	PAN	PAN
<b>Baja California</b>	PAN	PAN	PAN	<b>Nayarit</b>	PAN	PRI	PRI
<b>Baja California Sur</b>	PRD	PRD	PAN	<b>Nuevo León</b>	PAN	PRI	PRI
<b>Campeche</b>	PRI	PRI	PRI	<b>Puebla</b>	PRI	PRI	Coalizão PAN-PRD
<b>Chihuahua</b>	PRI	PRI	PRI	<b>Oaxaca</b>	PRI	PRI	Coalizão PAN-PRD
<b>Chiapas</b>	Coalizão o PAN- PRD	PRD	PRD	<b>Querétaro</b>	PAN	PAN	PRI
<b>Coahuila</b>	PRI	PRI	PRI	<b>Quintana Roo</b>	PRI	PRI	PRI
<b>Colima</b>	PRI	PRI	PRI	<b>San Luis Potosí</b>	PRI	PAN	PRI
<b>Distrito Federal</b>	PRD	PRD	PRD	<b>Sinaloa</b>	PRI	PRI	Coalizão PAN-PRD
<b>Durango</b>	PRI	PRI	PRI	<b>Sonora</b>	PRI	PRI	PAN
<b>Guanajuato</b>	PAN	PAN	PAN	<b>Tabasco</b>	PRI	PRI	PRI
<b>Guerrero</b>	PRI	PRD	PRD	<b>Tamaulipas</b>	PRI	PRI	PRI
<b>Hidalgo</b>	PRI	PRI	PRI	<b>Tlaxcala</b>	PRD	PAN	PRI
<b>Jalisco</b>	PAN	PAN	PAN	<b>Veracruz</b>	PRI	PRI	PRI
<b>Estado de México</b>	PRI	PRI	PRI	<b>Yucatán</b>	PRI	PAN	PRI
<b>Michoacán</b>	PRI	PRD	PRI				

Fonte: Elaboração própria. Dados obtidos dos Institutos Estaduais Eleitorais.

O fato de que nessas dez entidades não tenha existido alternância política questionou o processo de transição no México. Não obstante, temos que reconhecer que, a ausência de alternância nestes governos locais, mais do que qualificar um processo de transição, nos permite identificar a qualidade democrática do país, em função das possibilidades de renovação da representação política. O que é certo é que, apesar das tentativas dos diversos institutos estaduais eleitorais de estabelecer regras de competição equitativas para as diversas forças políticas, seguem prevalecendo antigas práticas clientelistas, de compra e coerção do voto, mas o que também temos que reconhecer é que nestes estados que não alteraram o governo *priista*, existe certo grau de aceitação, reconhecimento e aprovação ao PRI por parte da população, um fato que se deve também aos mínimos resultados e à deficiente organização político-eleitoral dos partidos de oposição.

No que diz respeito ao comportamento eleitoral nos governos estaduais encontramos que nestes doze anos pós-transição para a democracia no México, em onze das entidades se mostra um predomínio do PRI, em quatro dos estados houve predomínio do PAN e em uma entidade, do PRD. Também se ressalta que em três dos estados foram coalizões PAN-PRD as que conseguiram terminar com a hegemonia do PRI, que havia mantido nas entidades de Puebla, Oaxaca e Sinaloa. Finalmente, frente à eleição presidencial de julho de 2012, vemos que o cenário político-eleitoral no nível local mostra um claro predomínio do PRI ao ser governo em vinte estados da República, que representam 55.08% da população do país. Enquanto que o PAN só governa em seis entidades, 18.75% da população, o PRD em três estados, o que corresponde a 15.16% da população e nos três restantes governa a coalizão PAN-PRD, 10.99% da população.

### **Consolidação ou retrocesso democrático?**

A provável volta do PRI à presidência da República tem sido entendida pelos outros partidos, alguns analistas e comunicadores como a via para o retrocesso democrático para o país. Mas como podemos sustentar esta afirmação quando vemos que o México passou por um longo processo de reformas eleitorais, de 1977 a 2007 se realizaram sete mudanças na legislação eleitoral, para garantir eleições equitativas, transparentes e confiáveis, além disso, a volta do PRI, em caso de concretizar-se, seria depois de doze anos de governos *panistas*. Apesar da última eleição presidencial, em 2006, ter sido questionada, é importante destacar que o triunfo não foi do PRI, pelo que o exime de haver cometido fraude nesta eleição, além disso, apesar das denúncias de fraude. Não se comprovou este fato de forma contundente.

Se tomamos como referência para este retrocesso democrático a falta de alternância em nível local em dez entidades, também não é sustentável esta tese, devido que em mais da metade dos estados que integram a República mexicana governou nos últimos anos um outro partido que não o PRI e, como já se mencionou, nas entidades que por mais de 80 anos o PRI tem sido governo, em boa parte se deve à ineficiência dos partidos de oposição para representar uma plataforma política que atraia a população para lhes outorgar seu voto. Isto é claro vem acompanhado de práticas clientelistas que já são parte da cultura política do país, mas como se disse, não é exclusiva do *priismo*. No entanto, é este partido o que melhor sabe fazer uso de todos os recursos com os quais conta para triunfar nas eleições, mostra disso é que atualmente governa 20 estados da República e conseguiu posicionar seu candidato presidencial muito acima dos outros concorrentes.

Também temos que levar em conta que nesses 12 anos o comportamento eleitoral pós-transição em nível federal manteve o PRI nas primeiras posições, tanto na Câmara dos Deputados como entre os Senadores, apesar de ter perdido as duas eleições presidenciais para o PAN, o PRI seguiu mantendo altos índices de votação, o que lhe permitiu ser a primeira força política no Poder Legislativo. Tudo isto conseguiu em condições democráticas, através de eleições razoavelmente limpas e equitativas, o que evidencia o alto grau de aceitação popular com que conta. Por tudo isso, neste momento caberia perguntar-se por que os cidadãos mexicanos seguem referendando seu apoio ao PRI, tanto em nível federal como local, pois não esqueçamos que é o voto popular o que define, em última instância, a alternância ou não. Além disso, se a alternância não se produz, também se deve atribuir à ineficácia dos competidores da oposição, e não precisamente às regras do jogo.

O debate sobre o retrocesso democrático tem mais haver com um processo inacabado de consolidação democrática, que traz consigo o tema sobre a qualidade da democracia que o México possui. Neste sentido, contar com processos eleitorais confiáveis, transparentes e equitativos é um passo, mas o que faz falta concretizar para falar de uma democracia com qualidade é que os cidadãos tenham espaços para serem ouvidas e expressarem suas demandas e, principalmente, que estas sejam resolvidas de forma favorável, pois de nada serviria apenas dar voz sem ter respostas.

No caso do México percebemos que ainda falta muito por avançar, pois se segue reproduzindo práticas clientelistas, eleições de Estado em nível local, nas quais os partidos que governam seguem utilizando as instituições, os recursos públicos e os programas sociais para ganhar as eleições. Ante isto, é necessário para avançar na consolidação democrática, é preciso que os processos no interior dos partidos também se democratizem através de

processos transparentes e de prestação de contas. Mas sem dúvida o maior objetivo a ser alcançado é uma maior qualidade democrática no país, é que a população renuncie à sua passividade e à resignação de ter maus políticos e se converta em uma cidadania mais crítica, exigente e relutante em aceitar clientelismos dos partidos políticos, para que assim os cidadãos se reconheçam como possuidores da força que leva os partidos e seus candidatos ao governo.

\*Tradução: Camila Tribess (Universidade Federal do Paraná - UFPR)

## A CRISE E PRESIDENCIAIS NA FRANÇA: UMA SOCIEDADE DIVIDIDA ENTRE O VOTO DE ADESÃO, PROTESTO E REJEIÇÃO

*The crisis and Presidential in France: a society divided between the vote of accession, protest and rejection.*

Vincent Furlan

*Institut d'Économie Scientifique et de Gestion (IESEG)*

✉ vincent.furlan@ieseg.fr

Aline Burni

*Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)*

✉ alineburni@gmail.com

**Resumo:** No dia 6 de maio de 2012 os franceses optaram por eleger pela segunda vez sob a Vª República, um presidente socialista: François Hollande. O artigo aborda as eleições na França desse ano considerando as fortes turbulências que atingem o país há cinco anos e que radicalizaram as opiniões, pairando sobre essa crise europeia, em que o equilíbrio da sociedade francesa parece ser cada vez mais instável. O texto levanta se as eleições de 2012 serão, então, uma resposta à questão « a França pretendeu mudar apenas sua representação ou pretende também modificar sua orientação política? ».

**Palavras-chaves:** eleições; França, crise; orientação política.

**Abstract:** On the 6th of May 2012 the French people chose for the second time under the Vth Republic another socialist president: François Hollande. The article discusses the elections in France this year considering the strong turbulence that affects the country from 5 years now has radicalized the opinion, hovering over the European crisis, in which the balance of the French society seems to be more and more threatened. The text draws if the 2012 elections will then be the answer to the question « does France intend to change its representation only or does it also intend to change its political orientation? ».

**Key words:** elections; France; crisis; political orientation.

Em uma disputa eleitoral relativamente acirrada, em que a diferença dos resultados obtidos pelos principais candidatos foi muito próxima, mas cujas pesquisas de opinião o apontavam como favorito desde o início da campanha, François Hollande foi eleito no último dia 6 de maio Presidente da República Francesa, com 51,7% dos votos válidos no segundo turno.

Com a Europa em crise econômica, social e moral, as eleições atípicas, com elementos muito peculiares – a começar pela realização das primárias socialistas estendida à participação de todos os cidadãos interessados, sem a necessidade de ser filiado ao partido –, obtiveram um resultado típico no Velho Continente desde a chegada da crise: nenhum líder governista conseguiu manter-se no poder até o presente momento. Se na Espanha, em Portugal e na Grécia o caminho foi a direita, no caso da França a opção foi o Partido Socialista (PS).

Evidentemente, a eleição do sétimo presidente da V<sup>a</sup> República, o primeiro de esquerda desde François Mitterrand em 1981, representa a esperança de muitos franceses em relação à luta contra o desemprego, a reconstituição de uma imagem mais positiva do País no mundo, a conquista de uma sociedade mais igualitária e a retomada dos valores em prol das minorias sociais, através da defesa das temáticas dos direitos dos homossexuais, das mulheres, dos imigrantes.

No entanto, a vitória de Hollande não representa uma sociedade majoritariamente orientada pelos valores de esquerda, mas, sobretudo, a atribuição de duas qualidades decisivas ao candidato do PS: vontade de mudança e compreensão. Enquanto 50% dos eleitores estimaram que Nicolas Sarkozy visava mudar realmente as coisas e 40% que o candidato à reeleição

compreendia os problemas das pessoas comuns, 61% viram essa capacidade de mudança em Hollande e 58% a qualidade de compreensão<sup>1</sup>.

No primeiro turno, a esquerda reuniu menos de 40% do eleitorado, através da votação em cinco candidatos: François Hollande (PS) – 28,63%, Jean-Luc Mélenchon (Front de Gauche) – 11,11 %, Eva Joly (Europe Écologie Les Verts) – 2,31%, Philippe Poutou (Nouveau Parti Anticapitaliste) – 1,15% e Nathalie Arthaud (Lutte Ouvrière) – 0,56%. Isso significa que grande parte dos eleitores decisivos na vitória de François Hollande no segundo turno vieram do centro (eleitores de François Bayrou do Modem, que obteve 9,13% dos votos no primeiro turno) e da extrema direita (eleitores de Marine Le Pen do Front National, que conquistou não menos que 17,9% do eleitorado).

Portanto, antes mesmo ou sem ao menos portarem identificação com o programa e a campanha de Hollande, estes eleitores manifestaram-se pela saída de Nicolas Sarkozy (Union pour un Mouvement Populaire). Aliás, as etiquetas ideológicas têm sofrido intensas reorientações programáticas no país da Revolução de 1789 e a campanha de 2012 o evidenciou de maneira importante, assim como um notável fenômeno de ascensão do movimento de extrema direita: o Front National, desde o ano passado liderado por Marine Le Pen, que se articula com forças para as legislativas de junho deste ano.

Em primeiro lugar, o nacionalismo esteve presente na campanha de todas as vertentes que se apresentaram para as presidenciais, em maior ou menor grau. Sarkozy e Hollande, candidatos pró-União Europeia defenderam uma fortificação do papel da França no seio da instituição, evidenciando a necessidade da priorização da indústria francesa e da maior autonomia do país frente às decisões do bloco e da liderança alemã. Os candidatos extremistas de

---

<sup>1</sup> TNS Sofres / Sopra group avec Sciences-Po Bordeaux, Grenoble et Paris entrevistaram 1.521 Franceses inscritos nas listas eleitorais, domingo 6 de maio de 2012.

esquerda e de direita consideraram a União Europeia e a própria globalização verdadeiras ameaças à soberania nacional, defendendo o protecionismo e a revisão da política do euro.

Em relação à economia, outro tema fortemente evidenciado nas campanhas e decisivo nas escolhas dos eleitores, diferentes maneiras de lidar com a crise foram apresentadas pelos candidatos.

Para o Front de Gauche de Mélenchon, a proposta não era a retirada do Euro, mas a adoção de regras que interditassem as empresas de se deslocalizarem e despedirem empregados que trouxessem lucro. O candidato da extrema esquerda também previa a taxaço em 100% dos rendimentos superiores a € 34 000 por mês e a interdição de que o mais alto salário de uma empresa fosse superior a 20 vezes o mais baixo. Sua posição era contra a regra de disciplina orçamentária discutida na União Europeia.

A alternativa de Marine Le Pen (FN) era a saída do Euro e o retorno ao Franco, para aumentar as exportações. A adoção da nova moeda possibilitaria o controle da política monetária e o reembolso da dívida. Para a filha de Jean-Marie Le Pen, a luta contra o desemprego passaria pela luta contra a imigração. Sua proposta era o fechamento das fronteiras francesas, a ponto de reduzir a imigração legal de 200 000 a 10 000 ingressos por ano.

O MoDem, partido de centro-direita, colocou-se como fundamentalmente europeista, considerando primordial a disciplina orçamentária, o limite das despesas públicas e o não aumento dos impostos.

Já o candidato à reeleição, Nicolas Sarkozy (UMP), além de se colocar a favor da regra de disciplina orçamentária europeia, limitaria as despesas e favoreceria o reembolso da dívida a partir da criação de uma TVA (*Taxe sur la valeur ajoutée*) mais expressiva. Sarkozy pretendia baixar os custos das empresas

de forma a incentivar a criação de empregos. Em sua concepção, a exagerada taxação dos ricos seria prejudicial ao “esforço do trabalho” e mesmo os desempregados seriam obrigados a passar por determinada formação e a realizar algum tipo de trabalho durante 7 horas por semana, a fim de obterem o direito à assistência social.

Também integrados à União Europeia, o Partido Socialista e o Europe Écologie Les Verts visavam, contudo, a renegociação da regra de disciplina orçamentária, a fim de integrar um pacto de crescimento, visto que o rigor econômico por si só não apresentaria solução para a crise se objetivasse apenas a redução do déficit, pois sem crescimento a economia estagnaria. A proposta da esquerda foi a criação de postos na Educação e “*emplois d’avenir*”, ou seja, empregos de Estado, para redução do nível de desemprego. Os rendimentos acima de 1 milhão de Euros por ano deveriam ser taxados a 75% e o limite das diferenças de salário dentro das empresas estabelecido em até 20 vezes. As despesas seriam financiadas pelo imposto sobre os mais ricos e seria instaurada uma taxa sobre os rendimentos do capital a nível europeu. Por último, foi colocada a proposta de criação de um banco na França que financiasse diretamente as pequenas e médias empresas com taxas de interesse mais baixas que os bancos comerciais.

Em tempos de crise, os franceses votaram em massa (79,48% de participação) e apelaram, curiosamente, para os extremos: o Front National (17,9%) e o Front de Gauche (11,1%), sendo que a extrema direita conseguiu se beneficiar com louvor da angústia da população.

No segundo turno, os posicionamentos se radicalizaram ainda mais entre os dois candidatos, do PS e UMP, levando em conta os altos escores obtidos por Marine Le Pen e Jean-Luc Mélenchon. Enquanto a candidata do Front

National e Dupont-Aignan reviram as costas a Hollande e Sarkozy, afirmando que ambos pertenciam ao mesmo sistema (convidam, então, ao voto branco), Mélenchon, Philippe Poutou, Eva Joly e Jacques Cheminade convocam os eleitores a votarem contra Sarkozy desde a noite do primeiro turno – e, então, a favor de Hollande.

Como o centro obteve desempenho relativamente fraco, chegando apenas à 5ª posição, Nicolas Sarkozy opta pela radicalização de seu discurso e pela apropriação das propostas do FN – sobretudo a redução da imigração -, retomando o discurso sobre “o trabalho” que o trouxe a vitória em 2007.

Durante as duas semanas que separaram os dois turnos das presidenciais de 2012, o UMP realizou campanha pela limitação da imigração, pela revisão do acordo Shengen, contra a proposta de direito ao voto dos estrangeiros não provenientes da União Europeia nas eleições locais<sup>2</sup> e contra o direito dos homossexuais. Os dois últimos temas foram, de forma conflitante, assumidos como bandeiras pelo Partido Socialista. Hollande opta pela estratégia de permanecer na proposta de mudança e progressismo, afirmando a manutenção do programa de governo tal qual apresentado desde o início da campanha.

De forma aparentemente lógica, após as duas semanas de campanha, entre os eleitores de Hollande a prioridade atribuída ao País se evidenciou na luta contra o desemprego (53%), no aumento dos recursos destinados à Educação (41%) e na redução das desigualdades (31%). Para os eleitores de Nicolas Sarkozy, as prioridades foram a redução da dívida e dos déficits (49%), a luta contra o desemprego (44%) e a luta contra a imigração clandestina (30%)<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> A proposta de direito ao voto aos estrangeiros destina-se àqueles que residem legalmente há pelo menos dez anos na França.

<sup>3</sup> TNS Sofres / Sopra group avec Sciences-Po Bordeaux, Grenoble et Paris entrevistaram 1 521 Franceses inscritos nas listas eleitorais, domingo 06 de maio de 2012.

A arriscada estratégia do candidato à reeleição que visava abordar os eleitores da extrema direita e assim multiplicar os votos para o segundo turno acabou se constituindo em uma situação em que o “feitiço virou contra o feiticeiro”. Diante dos discursos de Nicolas Sarkozy, determinadas personalidades da direita tradicional se mostraram preocupadas com a “estigmatização dos estrangeiros”.

O golpe final foi dado pelo centrista François Bayrou que, logo após o debate televisivo veiculado em 02 de maio, apesar de ser economicamente mais próximo de Sarkozy, anunciou o voto pessoal em François Hollande, marcando a rejeição aos discursos do então presidente, considerados por Bayrou como vinculados à extrema direita. O líder do MoDem afirma, desde então, que deixa a liberdade de escolha de voto aos seus eleitores em função de seus valores e engajamentos pessoais.

É possível perceber que, entre as decisões dos eleitores franceses houve uma motivação em escolher um projeto, mas também uma intenção de rejeição muito forte (50% dos votos em Hollande representavam uma rejeição a Sarkozy e 50% dos votos em Sarkozy eram na verdade contra Hollande<sup>4</sup>). Assim, é interessante analisar as motivações dos eleitores em votar em Hollande e em Sarkozy e verificar como se configurou a migração do voto entre os dois turnos, de forma a compreender o posicionamento da sociedade francesa.

Ao analisar a migração do voto do primeiro para o segundo turno, constata-se que a esquerda se uniu contra Sarkozy (74% dos eleitores de Mélenchon votaram em Hollande) e que o candidato do UMP não obteve o sucesso esperado entre os eleitores da extrema direita (apenas 58% dos eleitores

---

<sup>4</sup> TNS Sofres / Sopra group avec Sciences-Po Bordeaux, Grenoble et Paris entrevistaram 1 521 Franceses inscritos nas listas eleitorais, domingo 6 de maio de 2012.

do FN votaram em Sarkozy, sendo que geralmente essa transferência de voto gira em torno de 65%) e nem entre os eleitores do centro (40% votaram em Sarkozy e 28% em Hollande).

Após a eleição de François Hollande, a população se mostra preocupada e a pequena diferença entre os resultados dos dois candidatos no segundo turno comprova que Hollande terá um grande desafio pela frente, notadamente por se apresentar como “o candidato da mudança”. Enquanto a eleição de François Mitterrand em 1981 ocasionou uma queda de 14% na bolsa de Paris, nenhuma variação se deu no dia seguinte aos resultados das últimas eleições.

No entanto, o contexto atual é outro: é a política europeia e não mais apenas a nacional que está em jogo. Na noite em que François Hollande foi eleito, a Europa tremeu frente às legislativas gregas, que possibilitaram a entrada de neo-nazistas dentro do parlamento, mas, sobretudo, devido à perda de importantes maiorias por parte dos partidos pró-europeus. Devido a essas ameaças, os índices das bolsas de toda a Europa caíram.

Diante do clima agitado, se inicia a campanha para as eleições legislativas na França, que ocorrerão nos dias 10 e 17 de junho: se os franceses elegeram François Hollande ao invés de manterem Nicolas Sarkozy no poder, cabe agora a cada partido a prova de qual projeto é o melhor, guardando no espírito o bom entendimento entre a França e a Alemanha.

De fato, os projetos de cada candidato, apresentados nas reuniões, debates e propagandas de campanha, só são viáveis se o partido obtém maioria na Assembleia Nacional. Se os franceses têm em mente que François Hollande pode mudar as coisas e se afirmar como uma personalidade “normal”, capaz de compreender seus problemas, o presidente eleito deverá provar que é capaz de

gerir a situação especialmente difícil pela qual passa a França e a Europa; e de representar devidamente os interesses dos franceses.

## FUNDAMENTOS INFORMACIONAIS DO PRESIDENCIALISMO DE COALIZÃO

*Informational Fundamentals of the Coalition Presidentialism*

Helga do Nascimento de Almeida  
*Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)*  
✉ helgaalmeida@gmail.com

Mariana Aparecida Dias  
*Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)*  
✉ maridias2121@gmail.com

O livro “Fundamentos Informacionais do Presidencialismo de Coalizão” (2011), escrito pelos pesquisadores Fabiano Santos e Acir de Almeida, é uma obra de altíssima relevância para os estudos legislativos brasileiros. A discussão levada a cabo nesse livro, e que os autores fazem brilhantemente, aborda o presidencialismo de coalizão brasileiro de uma forma crítica. É salientado no argumento construído no livro que há na democracia brasileira uma preocupação demasiada com o fator governabilidade em prejuízo à representação parlamentar. O resultado dessa operação é a lentidão de um possível avanço na qualidade da democracia brasileira.

O foco principal do livro é discutir com todo o rigor acadêmico a importância de uma análise robusta do Legislativo brasileiro sob a perspectiva informacional. A relevância da perspectiva informacional é saliente, afinal decisões individuais e coletivas são tomadas contando com um arcabouço de informações relevantes e isso não é diferente no Legislativo. Portanto, a

importância da qualidade e quantidade de informações a que o congressista tem acesso pode afetar de forma crucial seu desempenho na atividade da representação política. Assim, pela primeira vez, pelas mãos de Fabiano Santos e Acir de Almeida (2011), o “problema da busca, aquisição e distribuição de informação para fins de tomada de decisão dos atores políticos” (p.13), em particular do Legislativo, foi pautado em profundidade na literatura institucionalista brasileira.

Fabiano Santos e Acir Almeida (2011) discorrem ao longo do trabalho sobre o “desafio informacional” enfrentado pelo político durante o processo decisório. Esse, sublinham os autores, tem a ver com o quanto se vai investir na obtenção de informações, sendo que o dilema perpassa às seguintes questões: i) Qual a confiabilidade das fontes de informação acessíveis? ii) Quanto tempo há para se tomar a decisão? Vários postulados são formulados na obra a partir destas duas perguntas. Para tanto os autores reuniram cinco artigos desenvolvidos ao longo de seis anos e os transformaram em capítulos desta obra maior. Os trabalhos são estes, “A Agenda Oculta da Reforma Política”, publicado na Revista Plenarium (n.4, pp.60-69, 2007) - transformado em Introdução e Conclusão desse livro; “Urgency petitions and the informacional problem in the brazilian chamber of deputies”, publicado no Journal of politica in Latin America (v.3, pp.81-110, 2009) - transformado em Capítulo 2; “New Frontiers on Institucional Research in Latin America”, apresentado no simpósio realizado pelo GIGA Institute of American Studies (Hamburgo, maio de 2008) - transformado em Capítulo 3; “Teoria informacional e seleção de relatores na Câmara dos Deputados”, publicado em Dados - Revista de Ciências Sociais (v. 48, pp. 693-735, 2005) - transformado em Capítulo 4; “Algo más que presidentes. El papel del Poder Legislativo en América Latina”, livro organizado por Manuel Alcántara e Mercedes García Montero (Zaragoza:

Fundación Manuel Giménez Abad de Estudios Parlamentarios y del Estado Autonómico, 2011) - transformado em Capítulo 5.

A Introdução e o primeiro capítulo do livro, nomeado “Tradições Teóricas no Estudo do Legislativo e Aplicações para o Caso Brasileiro” tem início com uma dicotomização das abordagens dos estudos legislativos: A primeira abordagem estaria vinculada à tradição funcionalista, ou seja, aquela que tenta compreender as funções de determinado Parlamento em seu país. A segunda seria filiada à tradição neoinstitucionalista que, de acordo com os autores, pretende desvendar a lógica da vida política dos parlamentares; enfocando, por exemplo, a disciplina partidária, produção legislativa, predominância ou não do Executivo.

Dentro da tradição funcionalista, classifica-se um parlamento como ativo, reativo ou carimbador. Corroborando com a teoria de Amorim Neto e Santos (2003), Fabiano Santos e Acir Almeida (2011) põem-se a classificar o Legislativo brasileiro como reativo. Isso significa que o Congresso Nacional delega a iniciação dos projetos de lei de mais importância para o Poder Executivo. Assim a agenda Executiva, no que tange os projetos, negocia a apreciação de sua agenda ao Poder Legislativo (principalmente aos parlamentares que fazem parte da liderança dos partidos e da coalizão legislativa majoritária). Pode-se dizer ainda que nesse tipo de Parlamento o compromisso fiscalizador do mesmo é bem cumprido, em contrapartida a complexidade deste fica diminuta, uma vez que a especialização interna é atrofiada e cresce a dependência de informações em relação ao Executivo.

Especificamente sobre a abordagem neoinstitucionalista podem-se identificar duas grandes áreas de estudo: 1) Aquela que não vê como importante a atuação dos partidos. Nesta se subdividem duas correntes, a) distributiva e b) informacional; e 2) Aquela que considera os partidos atores

centrais nas diferentes atividades realizadas dentro do Poder Legislativo, chamada corrente partidária. O Congresso brasileiro parece compreender em si tanto ingredientes de ordem distributiva, quanto de ordem partidária, no comportamento de seu corpo parlamentar. O produto dessa combinação pode ser visto na concomitância de uma atuação do parlamentar voltada para sua própria reputação, e dentro do Parlamento uma atividade legislativa organizada pelos partidos políticos, nas figuras dos líderes partidários.

A perspectiva nova e valiosa que Fabiano Santos e Acir Almeida (2011) acrescentam a essa discussão é de que definitivamente o Parlamento brasileiro tem insuficientes meios (regras e procedimentos) de estimular e encorajar o aumento da expertise e capacitação dos legisladores para a formulação e implementação das políticas. A conclusão definitiva dos autores é que os mecanismos informacionais do Congresso Nacional são ainda diminutos.

Aplicando ao Brasil o modelo *cheap-talk*, desenvolvido por Vincent Crawford e Joel Sobel (1982), considera-se o presidente da República como o especialista que só irá compartilhar as informações que tem domínio em um caso extraordinário, a consequência para o Legislativo é um processo de aquisição de informações muito dispendioso. O argumento desenvolvido nesse ponto, pelos autores, é relevante: eles propõem que muitos dos dilemas presentes no modelo peculiar de representação brasileiro, o presidencialismo de coalizão, provém de um sistema de tomada de decisão que parte de um ator político mal informado, o legislador brasileiro. O resultado é assim um legislador com pouquíssima capacidade de iniciar políticas e, portanto, de influenciar a agenda política nacional.

Santos e Almeida (2011) chamam a atenção assim para a importância do sistema de comissões parlamentares como “agente informacional” fundamental do Plenário, no caso brasileiro. Inclusive elas teriam em si uma função

informativa crucial no presidencialismo de coalizão. Além disso, sublinham que o papel destas é tão mais vital quanto maior a dissonância entre o Poder Executivo e o mediano do plenário relativamente a uma política pública, e também quanto maior for o “caráter oposicionista” da comissão responsável perante o Executivo.

O Capítulo 2, “Requerimentos de Urgência e o Problema Informacional na Câmara dos Deputados”, é dedicado ao exame aprofundado da utilização dos procedimentos de urgência regimental e sua ligação com o controle da agenda legislativa. Parte-se neste capítulo da interpretação de que o sucesso do processo de redemocratização dos países latino-americanos dependeu necessariamente da concentração de poderes na mão do presidente. Isso devido a dois motivos principais: para a estabilização da governabilidade e a para escolha de instituições que estabilizassem o processo decisório. Para tanto a escolha feita foi por instituições que reunissem amplo poder de agenda nas mãos do presidente.

A análise prescrita nesta obra perpassa os mecanismos de controle da agenda legislativa da Câmara dos Deputados, mas aqui o viés parece ir em uma linha de pensamento diferente das já expostas pela literatura de ciência política brasileira, o centro da questão aqui tem como foco analítico os legisladores e a lógica do processo legislativo. Fabiano Santos e Acir Almeida (2011) esclarecem ainda que a importância fundamental de procedimentos de urgência encontra-se no controle “do fluxo de trabalho legislativo, implicando não apenas na capacidade de levar ao plenário os projetos de lei que estão (ou podem ficar) ‘presos’ em comissões, mas também a capacidade de determinar o que será decidido primeiro” (p.42). Todavia há um meandro novo posto a tona pelos autores, na Câmara dos Deputados brasileira são raros os casos em que

requerimentos de urgência para projetos do Executivo são aprovados sem a concordância de todo o corpo de partidos do Legislativo.

Para pesquisar sobre o uso consensual dos requerimentos de urgência, os autores focaram-se no estudo dos “930 projetos de lei submetidos pelo Executivo desde a posse do presidente Collor (15/03/1990) até o fim do primeiro mandato do presidente Lula (31/12/2006)” (p. 49). Neste universo a investigação proposta foi pesquisar se os requerimentos de urgência foram aprovados pelo plenário de Câmara dos Deputados e, se sim, observa-se se o assunto descrito na aprovação foi consensual ou não. A principal conclusão a que os autores chegam é que, de fato, a utilização do procedimento de urgência para os projetos do Executivo tem sido, ao longo da linha temporal analisada, consensual. Os dados mostram nesse sentido que apenas 4,9% dos projetos de lei do Executivo que tramitavam em RU (requerimento de urgência) foi aprovado sem consenso. A conclusão a que Santos e Almeida (2011) chegaram é que, o RU tem sido estratégia adotada em projetos do Executivo exclusivamente quando há consenso relacionado sobre o assunto contido nos mesmos.

Os autores, quando analisam os três jogadores - Plenário, Executivo e Comissão Legislativa, destacam que nossos legisladores se deparam com um profundo problema informacional, isso porque a estrutura do Legislativo ainda não consegue estimular uma “aquisição endógena e sistemática de informação especializada” (p.57). O resultado disso é a existência de plenário e comissões legislativas mal informados.

No que tange a discussão sobre o “cartel de agenda<sup>1</sup>” e o uso deliberado de RUs por estes é possível assumir, a partir da perspectiva de Fabiano Santos e

---

<sup>1</sup> Conceito cunhado por Amorim Neto, Cox e Mc Cubbins (2003), “uma coalizão governista se constitui um cartel de agenda se e somente se ela controla a maioria dos assentos e cada partido da coalizão possui um veto sobre a apresentação das propostas na agenda legislativa.” (p. 67).

Acir de Almeida (2011), que houve “constrangimentos informacionais para o uso do procedimento de urgência pelo cartel” (p.76). Isso porque, ao mesmo tempo em que, o cartel deve dar a oportunidade da base de apoio analisar cuidadosamente o projeto, para assim aprovar a decisão mais próxima possível da vontade do cartel, à liderança do cartel sabe da pressa existente entre seus membros para que a comissão examine logo o projeto. Dessa forma, pode-se afirmar que o interesse dos legisladores por decisões bem informadas constroem o uso do requerimento de urgência.

Um dos diagnósticos mais importantes presentes nesse capítulo é de que no caso brasileiro, quando se analisa os projetos mais relevantes, e que usualmente geram mais polêmicas, não se vê presente o uso de RUs. Outro diagnóstico é que não está correta a afirmação de que as comissões parlamentares são “agentes do Executivo”, já que há condições menos restritivas do que se imaginava para que comissões forneçam informações relevantes ao plenário no que tange os projetos do Executivo. Assim, parece que quanto mais viesada a comissão, mais inclinada a procurar informações sólidas, pois, dessa forma ganhará mais com a “redução de sua perda distributiva”.

O Capítulo 3, “As Medidas Provisórias: Uma delegação com Bases Informacionais”, afirma que, de fato, as medidas provisórias são mecanismos usados intensamente por presidentes e raramente rejeitados pelos parlamentares. Utilizando a abordagem informacional, os autores argumentam que existem fortes evidências da existência de “constrangimentos informacionais à decisão do Executivo de legislar por meio de MP (Medida Provisória)” (p.80). As conclusões extraídas são que, “mesmo sujeito a maiores restrições informacionais, o processo legislativo da MP permite ao legislador mediano escolher a política que corresponde, em expectativa, à sua preferência

ideal” (p.99). Outra conclusão é que a “distância entre as preferências ideais do Executivo e do plenário precisa ser significativa para que este último prefira que a matéria seja introduzida por meio de projeto de lei em vez de MP” (p.99). Enfim, se “o viés do Executivo for significativo, o plenário prefere que a matéria seja introduzida por meio de PL somente se o viés da comissão é ou muito menor ou oposto ao do Executivo” (p.99).

Após as análises das MPs no período Cardoso e Lula (1995-98 e 2003-06) os autores conseguiram notar que o uso de medidas provisórias por matéria depende definitivamente do nível de prioridade do Executivo, no sentido de que quanto maior a prioridade, maior a probabilidade de projetos serem propostos por meio de MPs e não de projetos de lei. Além disso, no que diz respeito à prioridade de determinadas matérias para o presidente nota-se que esta diminui “conforme aumenta a quantidade de aspectos dela tratados” (p.107).

O Capítulo 4, “Teoria informacional e a Seleção de Relatores na Câmara dos Deputados”, tem como objetivo, à luz ta perspectiva informacional, perceber qual a melhor estratégia de seleção de relatores para as comissões temáticas permanentes da Câmara dos Deputados. Para elaboração dessa análise, os autores recorreram a duas fontes empíricas principais, quais sejam: regimento interno da Câmara dos Deputados e um banco de dados composto por informações sobre os deputados 1995-1998. Esse banco comporta dados a cerca dos partidos aos quais os deputados pertenciam, comissões permanentes que participavam, participação em votações nominais e designação para relatoria de projetos do Executivo.

As principais conclusões tiradas, a partir da análise desse material empírico sob a perspectiva informacional são apresentadas a seguir.

I) Com base nas informações obtidas no regimento interno da Câmara dos Deputados, os autores inferiram que:

II)

... embora comumente tido como um dos atores-chave no processo decisório do Legislativo brasileiro, o relator não tem poderes formais suficientes para influenciar a decisão final da comissão. (...) Como justificar, então, a percepção de que o relator é um ator-chave? (...) Nós argumentamos que o relator é um ator influente no processo decisório da comissão, mas que o fundamento da sua influência não é o seu poder formal. A importância fundamental do relator decorre, a nosso ver, de sua função de agente informacional da comissão. (SANTOS, Fabiano e ALMEIDA, Acir. *Fundamentos Informacionais do Presidencialismo de Coalizão*. Appris, 2011, p.111).

III) No que diz respeito ao banco de dados que informa sobre a seleção de relatores para projetos do Executivo e os atributos desses relatores, os achados problematizam a aplicabilidade da teoria do cartel ao caso brasileiro, tal qual tem sido feito. Os autores argumentam que, para além da garantia dos interesses da coalizão governativa, o componente informacional é muito relevante na seleção de relatores para projetos do Executivo. No período analisado, é possível perceber que, não obstante a seleção de relatores de oposição tenha dependido dos atributos do presidente da comissão, essa seleção refletiu também as necessidades informacionais do legislador mediano dessa comissão “uma vez que foi condicionada pela expectativa deste quanto à qualidade da recomendação feita pelo cartel e quanto à qualidade da informação que seria produzida pelos eventuais relatores.” (p.159).

Esse capítulo traz ganhos para a literatura a cerca do funcionamento do Congresso brasileiro e da natureza das relações Executivo/Legislativo, uma vez que ressalta a insuficiência da teoria do cartel para entender a diversidade de processos que se dão no interior da Câmara dos Deputados. De acordo com os autores, a agenda do Legislativo não se presta somente a servir aos interesses do Executivo (ou da coalizão governativa). Ao invés disso, os dispositivos

proporcionais da representação partidária no país, ratificados pelo regimento e pelas práticas da Câmara dos Deputados, garantem oportunidades aos deputados da oposição (ou que não participam da coalizão).

O Capítulo 5, “A Formulação de Políticas Públicas sob o Presidencialismo de Coalizão: Uma Abordagem Informacional do Processo Legislativo”, também se debruça sobre a relação Executivo/Legislativo e a produção de políticas públicas. Na seção anterior, essa relação foi analisada a partir da seleção de relatores de projetos do Executivo nas comissões permanentes da Câmara dos Deputados. A presente seção, por sua vez, focaliza sua análise em todo o processo de aprovação de uma proposição específica do Executivo, qual seja: o protocolo de entrada da Venezuela no Mercosul.

O caso em questão, no que diz respeito à comunicação entre Executivo e Legislativo, se enquadra no que a teoria chama de *chap talk* (ou conversa barata). Essa tipologia identifica uma comunicação direta em que a informação pode ser manipulada em que o emissor é um ator bem informado. A pergunta que se coloca nesse contexto é: Quão crível é a informação emitida pelo Executivo a respeito da entrada da Venezuela no Mercosul? O modelo teórico aqui utilizado sugere que quanto maior o viés de preferências entre o Executivo e o legislador mediano, maior será o desvio na informação.

Nesse contexto, os autores buscam explicar porque o processo de tramitação desse projeto foi muito mais conturbado no Senado Federal do que na Câmara dos Deputados. A partir das informações empíricas colhidas e sob o arcabouço teórico mencionado, a conclusão apresentada é a de que o legislador médio no Senado possuía preferências mais distantes do Executivo do que o legislador médio da Câmara dos Deputados e, por isso, tinha mais motivos para desconfiar das informações passadas a respeito dos resultados da aprovação do projeto. Importante salientar que, especificamente nesse caso, os legisladores

não dispunham da opção de emendar o projeto. A escolha a ser tomada era binária: aprovar ou rejeitar.

De acordo com Santos e Almeida (2011), a maior dificuldade para aprovação da proposição no Senado não se deu prioritariamente por problemas de coordenação da coalizão governativa, mas sim pela maior necessidade de obtenção de informações mais confiáveis pelo legislador mediano desta casa. Tendo mais motivos para desconfiar do que foi informado pelo Executivo, os senadores possuíam mais incentivos para buscar informações em outras fontes em que confiavam mais. Somente assim, poderiam diminuir as incertezas relativas à aprovação ou rejeição do projeto.

O processo legislativo que envolveu a aprovação do protocolo de inclusão da Venezuela ao Mercosul se impõe como relevante uma vez que, conforme argumentam os autores, não é um caso peculiar e exclusivo. Apesar da relação Executivo/Legislativo, no que concerne à política externa, apresentar historicamente um padrão diferente do que foi visto nesse caso, ele não se coloca como uma exceção, mas sim como a manifestação de mudanças na natureza dessa relação. Se antes, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil era identificado como um órgão neutro e técnico, produzindo assim informações confiáveis, agora as suas recomendações passaram a ter um forte viés partidário. Essa nova realidade diminui o nível de confiança que os legisladores depositam nas informações emitidas pelo ministério e, em consequência, complexifica a tramitação legislativa dos projetos quando as preferências do legislador mediano e do Executivo são significativamente incongruentes.

Mais uma vez, os autores ressaltam a importância do componente informacional e da possibilidade de ações estratégicas para diminuir a insegurança na tomada de decisões para entender o processo legislativo e a

relação Executivo/Legislativo no Brasil. A teoria do cartel é mais uma vez coloca em cheque e, apesar de não ser descartada, tem suas limitações analíticas reveladas.

No Capítulo 6, “Conclusão e Proposta de Reforma”, os autores, a partir dos achados dos estudos apresentados nos capítulos anteriores, formulam uma proposta para melhorar a qualidade da atuação legislativa no Brasil. Partindo de uma ideia dicotomizada entre governabilidade e representação política, Santos e Almeida (2011), argumentam que o sistema político brasileiro tem dado demasiada saliência ao tema da governabilidade. Destarte, a qualidade da representação política tem ficado relegada a segundo plano. A proposta pertinente para solução desse problema seria o fortalecimento do Poder Legislativo. Seriam três, as principais medidas para alcançar esse resultado: “1) aumentar o poder de alocação de recursos do Congresso, 2) aumentar o poder decisório das comissões permanentes; e 3) alterar a estrutura de oportunidades com a qual se defrontam os políticos no Brasil.” (p.202).

O objetivo primordial dessa reforma seria aumentar os incentivos (e diminuir os custos) para que os parlamentares participem da oposição ao governo (ou não componham a coalizão governativa). Disso decorreria uma ação mais proativa do Congresso e conseqüentemente aumentaria a qualidade da representação política no país.

De maneira geral, é possível afirmar que os autores buscaram, através de análise empírica, apresentar as limitações da teoria do cartel para explicar o funcionamento do sistema político brasileiro e a necessidade de se apropriar da abordagem informacional para um entendimento mais completo. O livro consegue identificar a importância do elemento informacional nas ações dos legisladores e busca compreender qual arranjo de custos e incentivos favorecem a tomada de decisão bem informada, com base em fontes diversificadas. De

acordo com Santos e Almeida (2011), apesar dos legisladores se preocuparem com a confiabilidade da informação e de suas ações estratégicas serem influenciadas pela qualidade e quantidade de informação que recebem, os custos para se investir em recursos informacionais ainda é muito alto. Destarte, são necessárias reformas institucionais que incentivem uma ação mais proativa e bem informada por parte dos legisladores. Os dados analisados e o arcabouço teórico mobilizado sugerem que esse seria o caminho mais viável para que o Brasil alcance uma representação política de qualidade.

### **Referências**

SANTOS, Fabiano e ALMEIDA, Acir. *Fundamentos Informacionais do Presidencialismo de Coalizão*. Appris, 2011.

## COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

**Aline Burni** é graduanda em Ciência Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais. Atualmente, é membro do Grupo de Pesquisa “Opinião Pública, Marketing Político e Comportamento Eleitoral”. Realizou mobilidade acadêmica na Sciences Po de Lille, na França, em 2011.

**Camila Tribess** é mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente, é membro do Núcleo de Pesquisas em Sociologia Política Brasileira (NUSP) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Relações Internacionais (NEPRI) da UFPR.

**Eugenia Cecilia Gómez Castañeda** é advogada e mestranda em Relações Internacionais. Atualmente, é membro-pesquisador do Centro de Estudos Históricos e Interdisciplinares para as Mulheres da Universidad Nacional de Tucumán (CEHIM/ UNT).

**Helga do Nascimento de Almeida** é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente, é mestranda em Ciência Política pela mesma instituição.

**Lorena Granja** possui mestrado em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado de Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Atualmente, é doutoranda em Ciência Política pela mesma instituição.

**Luciana Fernandes Veiga** possui doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Atualmente, é coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

**Manuela de Souza Pereira** é graduanda em Ciência Política com ênfase em Relações Internacionais na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente, é bolsista da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE).

**Miguel Carreras** é doutorando em Ciência Política na University of Pittsburgh (Estados Unidos). Atualmente, sua pesquisa concentra-se em eleições presidenciais e mudanças do sistema partidário na América Latina após a Terceira Onda de democratização.

**Mariana Aparecida Dias** é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente, é mestranda em Ciência Política pela mesma instituição.

**Néstor Castañeda-Angarita** é doutorando no Departamento de Ciência Política da University of Pittsburgh (Estados Unidos). Atualmente, seus interesses de pesquisa incluem economia política comparada, política legislativa e a teoria formal.

**Sandra Avi dos Santos** é mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente, é doutoranda em Ciência Política na mesma instituição. Possui artigos e experiência em pesquisas quantitativa e qualitativa na área de Ciência Política, com ênfase nos temas: Mídia e Política; Comunicação Política; Estudos Eleitorais; Comportamento Eleitoral e Opinião Pública.

**Vincent Furlan** possui mestrado em Science in International Business, Economics and Strategy pelo Institut d'Économie Scientifique et de Gestion (IESEG, School of Management Lille, Paris). Atualmente trabalha na empresa LECLERC.

**Yadira Raquel Pacheco Avilez** é doutoranda em Ciência Política pelo Programa de Ciências Políticas e Sociais da Universidad Nacional Autónoma de México (FCPyS-UNAM). Atualmente, é professora na Faculdade de Ciências Sociais e Políticas da UNAM.